

João Fernando Teixeira Marques da Silva

2º Ciclo de Estudos em Arqueologia

Uma abordagem do conceito de paisagem cultural em
Arqueologia Pré-histórica

Da perceção ao conhecimento

2014

Orientador: Professor Doutor Sérgio Monteiro Rodrigues

Classificação: 18 Valores Ciclo de estudos: Mestrado em Arqueologia

Agradecimentos

Esta página de agradecimentos será apenas uma pequena forma de mostrar o meu sincero e honesto reconhecimento pela ajuda que me foi dada ao longo deste percurso. Desde logo compete-me agradecer aos meus pais, Luísa e Fernando, por todo o apoio incomensurável desde o início deste meu desígnio de ser arqueólogo.

Desejo também expressar a importância do contributo, da Prof. Doutora Susana Oliveira Jorge para que este estudo se realizasse. Desde o primeiro ano de faculdade, à primeira escavação, às aulas de Espaços Sagrados, tudo o que aqui se escreve deriva em grande parte, da inspiração e experiência do trabalho da Professora. Uma nota especial pela ajuda e revisão do trabalho, mesmo após o término do vínculo com a instituição de ensino. Um enorme obrigado.

Agradeço também ao Prof. Doutor Sérgio Monteiro Rodrigues, por aceitar orientar um trabalho que não iniciou e por toda a paciência, ajuda e compreensão nestes últimos meses de trabalhos mais burocráticos.

Reconheço também a ajuda do Prof. Doutor João Muralha Cardoso, que, juntamente com a Prof. Doutora Susana, foi uma inspiração e um bastião em toda a teoria que se encontra baseado este trabalho. Obrigado pela última revisão e por todos os e-mails com as notas bibliográficas que honestamente citei.

Será também obrigatório fazer uma referência aos restantes mentores que sempre me acompanharam e cujo o privilégio tive de ouvir ao longo destes cinco longos anos na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Quer fosse em aulas, escavações, visitas ou até mesmo conversas de corredor: os Professores Armando Coelho, Carlos Brochado, Maria Sanches, Teresa Soeiro, Mário Barroca, Rui Centeno e Vítor Jorge preencheram as bases do arqueólogo que hoje sou.

Por último mas não menos importante, aos meus amigos que sempre me apoiaram, agradeço a sua paciência e coragem para aturarem as desculpas e as faltas de comparência nos convívios e nas alturas mais difíceis. Muito obrigado a todos.

Uma nota especial, para a minha cidade, o Porto, e seus caminhos e paisagens. Sem *ela* este trabalho não teria sido escrito da mesma forma.

Resumo

O presente trabalho pretende dar azo a novas discussões no âmbito das práticas contextuais em arqueologia. Refletindo uma síntese bibliográfica de várias correntes de pensamento arqueológico, o tema central prende-se com a arqueologia da paisagem.

Através de uma aproximação mais antropológica pretende-se a colocação de novas questões no que diz respeito à perceção e à criação do conhecimento dentro das Ciências Sociais e Humanas. O conceito de paisagem é aqui abordado como a cosmologia envolvente de todo e qualquer indivíduo, desde as materialidades às características mais simbólicas, passando também pelos sentidos e pela própria perceção do universo.

Este texto tem como humilde propósito a conceção de um novo tipo de discurso arqueológico com uma consciência do seu passado e da sua contemporaneidade, nunca esquecendo o seu lugar científico de pensamento livre.

Palavras-chave: Arqueologia; Paisagem; Teoria; Perceção; Sentidos; Conhecimento; Arquitetura; Pré-História; Calcolítico.

Abstract

The present work intends to lead to new discussions on the scope of contextual archaeology practices. Reflecting a specific set of bibliography support by many different archaeological theorists, the main theme is related to landscape archaeology.

Through an anthropological method we want to place new questions about perception and knowledge production in social sciences. The concept of landscape is approached as an involving cosmology, of any other individual, from the materiality to the symbolic features and nonetheless thinking about the senses and our own perception of the whole universe.

This volume humble intends to construct a new kind of archaeological reasoning with a conscious of his own past and contemporaneity and simultaneously never forgetting the position of free thinking in which archaeology should be maintained.

Key Words: Archaeology; Landscape; Theory; Perception; Senses; Knowledge; Architecture; Prehistory; Late Neolithic.

Índice

Agradecimentos.....	3
Resumo.....	4
Abstract	5
Índice de Figuras	8
0. Introdução	9
1. Os Sentidos da Arqueologia e a relação entre Sujeito e Objeto	12
2. Arqueologia da Paisagem: uma perspectiva historiográfica	16
2.1 O conceito de Paisagem.....	17
2.2 A génese: primeiras abordagens contextuais do território em Arqueologia.....	27
2.3 As “novas” ciências e a afirmação da paisagem na Arqueologia	31
2.4 Os novos trilhos da paisagem como ciência social.....	35
2.5 A arqueologia da paisagem hoje – exemplos nacionais e internacionais	46
3. Arquitetura como ação na Paisagem.....	51
3.1 O ato de moldar a paisagem: construção	56
3.2 A Ilha da Páscoa e o Calcolítico do território português	58

4.	Reflexão sobre alguns conceitos de <i>Against the Space</i> de Tim Ingold	68
4.1	Lugar	69
4.2	Movimento	72
4.3	Conhecimento	74
5.	Consideração teórica sobre o processo interpretativo da ciência arqueológica	76
5.1	A metáfora do registo e o seu papel na criação do saber.....	83
5.2	Conhecimento / Movimento	87
6.	Reflexões finais.....	90
7.	Bibliografia	94

Índice de Figuras

Figura 1 Uma janela na paisagem. (INGOLD, 2013:64)	17
Figura 2 O cosmos Aristotélico. Aqui um astrónomo tenta penetrar o vazio. L'Atmosphère Météorologie Populaire, Paris, 1888. (THOMAS, 2004:9).....	19
Figura 3 Imagem de Descartes para explicar o sentido da Visão através do nervo ótico. Traite de l'Homme, 1664 (THOMAS, 2004:178)	21
Figura 4 Desenho de Vincent Van Gogh, representando o Verão de 1889. (Vincent van Gogh Foundation) (INGOLD, 2011:122).....	24
Figura 5 Escavação em Herculaneum, 1782 (<i>J.C. Saint Non, Voyage pittoresque et description du royaume de Naples et de Sicile</i> , Paris 1781-1786). (TRIGGER, 2006:79)	27
Figura 6 Mapa da interpretação de Willey de padrões comunitários no Vale de Viru, período Huancaco (TRIGGER, 2006: 378).....	30
Figura 7 Diagrama das ligações entre a subsistência e a localização dos monumentos na civilização Maya. (TRIGGER, 2006:443).....	31
Figura 8- Vista da paisagem que se obtém para leste do alto do monumento de Castelo Velho de Freixo de Numão (foto de S. O. Jorge). (JORGE S. O., 2005:228).....	45
Figura 9 Mapa de Bacias de Visão de Castanheiro do Vento e Castelo Velho.....	47
Figura 10 Estrutura em Castelo Velho «rampa» pétreia adossada (foto de V. O. Jorge) (JORGE S. O., 2005:108).....	54
Figura 11 Plano das pedreiras mostrando a maior ou menor restrição ao acesso às esculturas (HAMILTON, et al 2008:181)	61
Figura 12 Recinto de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa). Implementação e envolvência. (MURALHA, 2010:332).....	64
Figura 13 Representação de dois conjuntos cerâmicos identificados no interior da estrutura de moinhos manuais em granito. (VALE, 2011:57).....	66
Figura 14 Área de paisagem visível de Castanheiro do Vento para Nordeste. (MURALHA, 2010:342).	67
Figura 15 Esquema representativo das linhas de movimento que formam espaços e lugares. In INGOLD, 2011:148 (Adaptado).....	70
Figura 16 Relações entre os dados arqueológicos e os níveis teóricos. (TRIGGER, 2006:31) (Adaptado).	79

0. Introdução

Em primeiro lugar é essencial referir que este pequeno estudo se encontra sob a alçada da teoria da arqueologia ligada à pré-história. Sendo este um universo tão vasto e explorado, optei por focalizar a investigação nos rumos da arqueologia da paisagem, isto é, da relação que os sítios arqueológicos têm com o ambiente que os rodeia. Essa relação sofre de inúmeras influências e depende acima de tudo, dos agentes ativos dentro desse cenário. Numa tentativa de captar todas as variáveis escolhi abordar temas variados e por vezes distantes, tendo da premissa original da arqueologia da paisagem, como até mesmo dos próprios conhecimentos da nossa disciplina. Assim para pensar e aprofundar o tema em questão, optei por seguir um caminho dado pelo conhecimento antropológico, mais concretamente, baseado em grande medida nas obras de Tim Ingold. Na mesma instância, mas a nível nacional optei por adjudicar ao tema a abordagem do brilhante sociólogo e pensador, Boaventura Sousa Santos. Será talvez um dos maiores impulsionadores de questões teóricas e processos de criação de conhecimento nas áreas das ciências sociais. Desta forma penso que é um dos discursos contemporâneos de vasta importância para a arqueologia de hoje.

“Não é hoje surpresa para ninguém que o conforto que a sociedade de consumo proporcionou tem um preço invisível: a nossa renúncia à liberdade de agir, ao fruir com autonomia. a produção técnica da natureza e do meio ambiente bem como as tecnologias sociais que se foram acumulando para conformar, a níveis cada vez mais fundos, o nosso quotidiano, criam dependências múltiplas para o indivíduo ou o grupo que tornam difícil a conquista e a preservação da identidade pessoal ou social.” (SANTOS, 1989: 48).

Para tentar ultrapassar esse conforto proporcionado pela sociedade de consumo, (aplicado como uma metáfora à arqueologia de hoje), penso que seria importante começar por repensar a importância que a teoria poderá ter para dar um novo rumo ao que atualmente é praticado. Essencial seria também definir aquilo que é intrínseco à disciplina e ao mesmo tempo subvalorizar problemáticas que se encontram a mais nas visões paradigmáticas da arqueologia.

“What is needed is a discipline with a clear and certain image of itself, able to do the job of acting quickly and professionally to save the heritage, a discipline able to gain funding and win public confidence in conflicts over rights of the past.” (HODDER,1992: 2)

A discussão teórica envolve a criação de um discurso coerente; de um todo que é definido pela oposição a outras universalidades. Para aprofundar um pouco este tema, terão de ser abordadas várias questões, que à primeira vista poderão ultrapassar os horizontes da Arqueologia mas que são sem sombra de dúvida essenciais para uma “reprogramação” conceptual e atualizada ao pensamento contemporâneo.

“Na interpretação dos contextos arqueológicos joga-se, explícita ou implicitamente, toda uma determinada maneira de fazer arqueologia, segundo paradigmas interpretativos que devem ser constantemente testados na sua operacionalidade explicativa.” (JORGE S. O., 2003b: 21).

Para chegar a novas e importantes questões, penso que será importante recorrer a outras ciências que também se preocupem com o desenvolvimento do pensamento contemporâneo e que o saibam adequar ao contexto de estudo que estão inseridos. Para isso, penso que Tim Ingold tem desempenhado um papel fulcral neste campo do saber, aliado à sua formação Antropológica a elaboração de problemas e novas perguntas é, em todos os casos, aplicável e auxiliar da Arqueologia. Durante todo o seu desenvolvimento, esta problemática irá também envolver a filosofia e uma série de ideias sobre a criação de conhecimento científico.

Uma vez que durante todo o processo de desenvolvimento do tema, o trabalho de campo fazia parte das atividades curriculares, decidi abordar também um outro tema central, o do chamado registo arqueológico. Apesar de não parecer diretamente relacionado com o tema inicial, penso que será também importante para a elaboração de uma reflexão entre a percepção, primária, e os resultados que advêm de todo o trabalho em arqueologia, isto é, o saber produzido. Mais uma vez a discussão entre teoria e prática forma-se criando um “álibi” para propor questões no sentido da criação de conhecimento, e respostas, em arqueologia.

A teoria exerce um comando indisputado sobre todo o processo de criação de conhecimento científico [...] um modo específico de conceptualizar a realidade que transforma esta em objectos teóricos, com base nos quais é possível formular hipóteses e proceder à sua validação. Teoria é não só o conhecimento que se produz (teoria substantiva) como o modo como se produz (teoria processual, o método). (SANTOS, 1989: 81).

1. Os Sentidos da Arqueologia e a relação entre Sujeito e Objeto

Como ciência social que a arqueologia é, tem de estudar indivíduos, e as suas interpelações com o universo. Como o filósofo português Boaventura Sousa Santos refere:

O objecto das ciências sociais são seres humanos, agentes socialmente competentes, que interpretam o mundo que os rodeia para melhor agirem nele e sobre ele. Os agentes aplicam reflexivamente o conhecimento que têm dos contextos e da acção à produção de acções ou interacções e, nessa medida, a «previsibilidade» da vida social não «acontece», é «feita acontecer» em resulta das aptidões conscientemente aplicadas dos agentes sociais. (SANTOS, 1989: 63).

Na nossa disciplina, devemos sempre ter em conta esses dados, a lembrança de que estamos a lidar com seres em tudo semelhantes a nós próprios. Apesar da existente e essencial ligação com as ciências naturais, não podemos esquecer a génese antropológica e das letras de que a arqueologia descende. Encontrar um ponto de balanço será um ideal quase utópico mas não impossível. *As ciências sociais proporcionam a compreensão que dá sentido e justificação à explicação das ciências naturais. Sem tal compreensão não há verdadeira explicação e, por isso, as ciências sociais são epistemologicamente prioritárias em relação às ciências naturais. (SANTOS, 1989: 75).*

Em arqueologia o ponto de fulcral interesse não será a particularidade de um certo objeto ou tipo de objeto, não será somente a cultura à qual ele pode ou não pertencer, será sim o contexto, a sequência de eventos, aquilo que leva à ação individual ou coletiva. Como será de esperar, compreender e dar a explicar um evento que não se encontra na mesma linha temporal é de extrema complexidade. Para isso a arqueologia desenvolveu uma forma de conhecimento muito própria, maleável entre muitas outras áreas do saber. A sua observação nunca será repetível. Ao contrário de outras ciências os trabalhos arqueológicos funcionam de maneira inversa, desconstruindo um palimpsesto de ações e momentos para produzir um pensamento remetido e aproximado de uma ou várias linhas temporais distantes.

As várias formas de criação de conhecimento provocam um choque, multiplicidade de valores e técnicas, que uma cultura vigente precisa de reduzir para as poder incluir no seu discurso. Estas simbioses extra comunitárias criam diferentes formas de conceptualizar o moderno e projetar o futuro.

A complexidade das ciências humanas reside precisamente na sua impossibilidade de isolarem objectos simples ou variáveis mensuráveis, e suas combinatórias. Isto é, de raramente, nelas, o cálculo com a sua linearidade e repetibilidade de procedimentos ser capaz de produzir efeitos de conhecimento muito significativos (JORGE V. O., 2003: 847).

A valorização é dada pela construção de um pensamento que efetivamente nos faça “revelar” uma parte do “real” até então não vista. Esse pensamento é tão raro quanto valioso e significaria por si só a superação conceptual e parcial de tudo aquilo que já está observado e documentado por outrem.

A arqueologia pode também funcionar como uma ciência mais física, pois observa entidades estáticas onde todos os elementos estão presentes, como num laboratório fechado, uma espécie de mesa de dissecação tão típica das biológicas. Mas, para um trabalho eficaz, isto tem de acontecer ao mesmo tempo que se procuram os gestos que deram origem a esses elementos, materiais ou não, e quais as intenções que estão subentendidas nesses mesmos gestos de criação e alteração. Supondo que a realidade física não existe, a realidade humana é um conjunto de observações e representações desse total físico que as ciências naturais tentam adornar como realidade absoluta, transformando-se posteriormente em senso comum.

Poderíamos generalizar e dizer que um grande número de arqueólogos admite que todas as materialidades são passíveis de fornecer meta-sentidos sobre a natureza das comunidades do passado. Para se atingir tais sentidos, basta manusear as melhores escalas de questionamento e possuir ferramentas intelectuais que “façam falar” as ditas materialidades. Trata-se de uma postura hiper-racionalista de origem moderna que transborda e se fortifica em plena contemporaneidade: existe um “real” para ser decodificado pelo sujeito. Mesmo que o sujeito seja “tocado” pelo real e, portanto, o real surja “em perspectiva” (de certa forma, tutelado pelo sujeito), o real (presente, passado e futuro) está aí, à espera de ser conhecido, de ser desvendado, de ser projectado, em toda a sua inteligibilidade. O real está aí para ser construído pelo sujeito. O real está aí para ser fundamentado.” (JORGE S. O., 2007: 11).

Neste pequeno texto Susana Oliveira Jorge, caracteriza e bem as potencialidades da arqueologia se saltarmos fora das barreiras disciplinares. Se será possível conciliar o “deserto do real” com o “desejo do real” que todos os indivíduos possuem. Aqui será importante analisar o significado de “sujeito” na teoria arqueológica. Julian Thomas defendeu recentemente (THOMAS, 2004: 117) que a abstração apenas no indivíduo reproduz no passado conceitos de “eu” ligados ao pensamento racionalista pós Iluminismo. *I wish to argue that individuality is a way of being a person that has emerged as part of the development of modernity, as it has been discussed* (THOMAS, 2004: 125,126). A existência da forma humana poderá até mesmo ser em alguns sentidos anômala, ou patológica quando analisada em profundidade. Este “eu” não pode ser visto como uma descrição daquilo que realmente somos, mas concentra uma série de aspetos sobre o modo como os ocidentais imaginam o que realmente são.

We are at once a thing, an object amongst other objects, and an essence, a mind that is a source of volition, creativity and agency. This mind is pre-social, able to operate in abstraction from the world, and when placed in a body it extracts information from the world and re-presents it to itself. What the notion of the individual most evidently neglects is relationality. (THOMAS, 2004: 147).

Através do estudo do mundo contemporâneo e daquilo que Ingold chama a lógica de inversão, conseguimos perceber a preocupação ocidental e contemporânea com a imagem do corpo. Essa representação do “eu” é refletida em qualquer discurso arqueológico, que se relacione com a exploração do corpo como um objeto cultural, no seu envolvimento com o meio e na formação da experiência pessoal. *Postmodernist discourse has also provoked a concern with materiality; the extent to which the material world can be regarded as “real” or should be seen as a product of culture representations.* (BRUCK, 2005: 46). Aqui Joanna Bruck refere a importância do discurso pós-modernista na modelação da criação do conhecimento em arqueologia, dentro deste paradigma. A relação do sujeito com o objeto sempre foi uma das preocupações, e as narrativas que surgem a partir dessas inter-relações são constitutivas de um todo maior. A percepção do sujeito para com o objeto, ou neste caso particular interesse, para com a paisagem é assim posta em causa.

Citando mais uma vez a autora britânica *It is argued that embodied engagement with the material world is constitutive of existence [...] Things makes us, just as we make things.* (BRUCK, 2005: 46). “As coisas fazem-nos, assim como nós fazemos as coisas”,

esta é uma frase representativa da dualidade com que o objeto de estudo pode ser abordado. O conhecimento não necessita de ser criado de forma unilateral, do objeto para o cientista, mas sim através de um processo de inter-relações fluidas entre o sujeito que está a produzir um certo pensamento e o seu objeto de estudo. Um arqueólogo ao analisar qualquer elemento material, qualquer artefacto, qualquer arquitetura ou até mesmo, em maior escala, uma paisagem está a incluir nas suas produções o seu cunho pessoal. Mesmo sendo o mais objetivo possível a sua opinião irá ser formada baseada nas suas experiências, nos seus contextos, em toda a formação desde a sua génese. Nunca será uma experiência verdadeiramente abstrata. Muitas vezes a perceção é tida em conta como uma experiência de um mundo objetivo. O sentido é retirado de uma camada superficial da materialidade em questão. Por sua vez implica uma visão do mundo como sendo “apenas” uma estrutura geométrica composta por pontos, linhas, superfícies, compreendida através de padrões de contraste entre luz e sombra (THOMAS, 2004:200).

Esta é uma constante busca de sentidos através dos próprios sentidos e não de uma aprendizagem cultural dentro de uma realidade fixa. O antropólogo britânico, grande fonte de conhecimentos para este trabalho, explica assim a relação do exterior do ser e das inter-relações que este tem com o meio envolvente, leia-se paisagem.

Landscapes take on meanings and appearances in relation to people, and people develop skills, knowledge and identities in relation to the landscapes in which they find themselves (INGOLD, 2011: 129).

A cultura material terá então de ser percecionada de uma forma diferente, utilizando o exemplo da paisagem, em que todos os sentidos deverão fazer parte de uma nova forma de observar, compreender e descrever aquilo que existe. A teoria da arqueologia pode ser aqui uma ajuda fundamental a mudar, ou melhor, a mostrar novos caminhos para a reformulação de velhas perguntas, com respostas semelhantes ou mesmo respostas sem conteúdo de interesse para uma aproximação do passado.

Essa mudança começará logo no campo, em qualquer escavação, com uma nova proposta de observação poderá ser possível atingir uma nova capacidade e reproduzir a informação recolhida.

2. Arqueologia da Paisagem: uma perspectiva historiográfica

A Arqueologia como ciência social com base no comportamento humano, sentiu necessidade, ao longo da sua curta história, de criar contextos onde esses seres humanos se poderiam ou não inserir. Com o passar dos anos vários termos terão sido utilizados para descrever esses contextos “espácio-temporais” em que as narrativas se poderiam estabelecer. A arqueologia da paisagem terá surgido como resposta às questões da localização da existência humana. Apesar de, ainda hoje, não existir unanimidade quanto aos termos que albergam estes contextos, a disciplina Arqueologia sentiu necessidade de se subdividir e transpor as suas barreiras intelectuais para melhor compreender os seus objetos de estudo. Estas subdivisões interdisciplinares refletem a forma como os próprios cientistas veem os seus campos de estudo. Neste caso os arqueólogos promoveram uma série de ligações com outras formas de saber que deram origem aos mais variados ramos. Desde a arqueozoologia, arqueobotânica, dendrocronologia, mais ligadas às ciências naturais até à arqueologia cognitiva, etnoarqueologia, arqueologia experimental, mais ligadas às ciências sociais. Neste caso a arqueologia da paisagem, poderá ser vista de várias perspectivas. Como ciência mais física ligada aos paleoambientes e análises palinológicas ligadas à “reconstituição” de ambientes passados. Como também de forma mais autocrítica refletindo conceitos vários dentro da disciplina principal, utilizando ferramentas da psicologia, antropologia e até mesmo da filosofia para obter respostas relativas à contextualização e interligação das mais variadas problemáticas arqueológicas. É nesta última ilação que grande parte deste trabalho se irá desenvolver. Estas “janelas cognitivas” servem apenas para reconhecer uma imagem maior, de um mundo em constante mutação e sempre interrelacionado obtendo assim uma perceção mais abrangente daquilo que fomos, somos e iremos ser.

2.1 O conceito de Paisagem

As várias teorias sobre o modo como os indivíduos veem o planeta partem de um princípio sistemático de que o mundo é um lugar, apenas e só, terrestre no sentido em que somente se refere a formações naturais, como montanhas, vales, planícies, etc, intersetadas por “assentamentos” não naturais, como aldeias, estradas, pontes, e todo o tipo de alteração humana nesse território. Para descrever este universo utiliza-se normalmente a palavra paisagem ou mais corretamente paisagem cultural.

A palavra paisagem poderá ter várias origens. No mundo ocidental encontra-se relacionada, com a época medieval, definindo uma área de uso comum em práticas do dia-a-dia de uma certa comunidade agrária. Um pouco mais tarde, esta palavra passou a estar intimamente ligada à pintura. Com vários sentidos, desde um qualquer quadro representando uma região, ou uma reprodução pictórica de uma vista, normalmente como fundo de uma tela. Só no século XVII com o dicionário de Furetière a palavra paisagem é descrita como um aspeto de uma região, o território que se estende até onde a vista pode alcançar. Definição essa que se aproxima em muito do que hoje temos no senso comum (INGOLD, 2011: 126).



Figura 1 Uma janela na paisagem. (INGOLD, 2013:64)

A palavra portuguesa derivará do francês (*paysage*) que é definida como uma extensão de um país que a visão consegue alcançar, poderá também significar um quadro representado um sítio campestre¹.

Nos vastos dicionários portugueses a paisagem é definida como *extensão do território que se abrange com um lance de vista. Desenho, quadro, género literário ou trecho que representa ou em que se descreve um sítio campestre.*(SEGUIER, 1990:859)² à semelhança dos dicionários franceses.

Aliás, em Portugal a literatura é rica em exemplos de descrições paisagísticas. Na primeira metade do século XX, autores como Aquilino Ribeiro, Miguel Torga ou Alves Redol ligados à cultura campestre, conservavam relações com a terra, os animais e com o quotidiano rural que outrora se vivia. Estes utilizariam o conhecimento empírico de uma vida mais simples, contrariamente ao que se vivenciava no mundo citadino.

Se pensarmos também na língua inglesa (*landscape*) temos uma interessante ligação com o termo de grego clássico *Skopos* que significa literalmente o alvo do arqueiro, a marca que este observa enquanto faz mira. Que apesar de distinto estará também relacionado com o inglês antigo *sceppan* ou *skyppan* que significa moldar. Ora estas duas formas que poderão estar ligadas com a palavra inglesa que hoje se traduz como paisagem, poderá ter um importante papel na sua interpretação e desconstrução.

A moldagem da paisagem foi maioritariamente feita por agricultores, cujo objetivo não seria captar o mundo que o rodeia, mas sobreviver a partir dele. Isto foi um trabalho em primeira mão e o contacto imediato e na primeira pessoa com a madeira, as ervas e o solo, é diametralmente oposto daquilo que a palavra paisagem faz lembrar à primeira vista, dos conceitos de representação típicos da pintura naturalista. Ainda assim a equação da formação e moldagem da terra e da sua perceção ficou enraizada no vocabulário da história da arte modernista. O termo paisagem ficou então identificado com a arte da descrição, e com a representação do mundo através de uma tela.

Em parte este desenlace deve-se à crescente utilização da cartografia e mais tarde da fotografia, o que leva à projecção da “paisagem” numa tela, ou num ecrã.

¹ Esta definição é retirada e traduzida por mim do dicionário *Larousse de Poche* editado pela Librarie Larousse em 1954:278.

² Do *Dicionário Prático Ilustrado* sob a direção de Jaime de Séguier e editado por Lello & Irmão – Editores em 1990: 859.

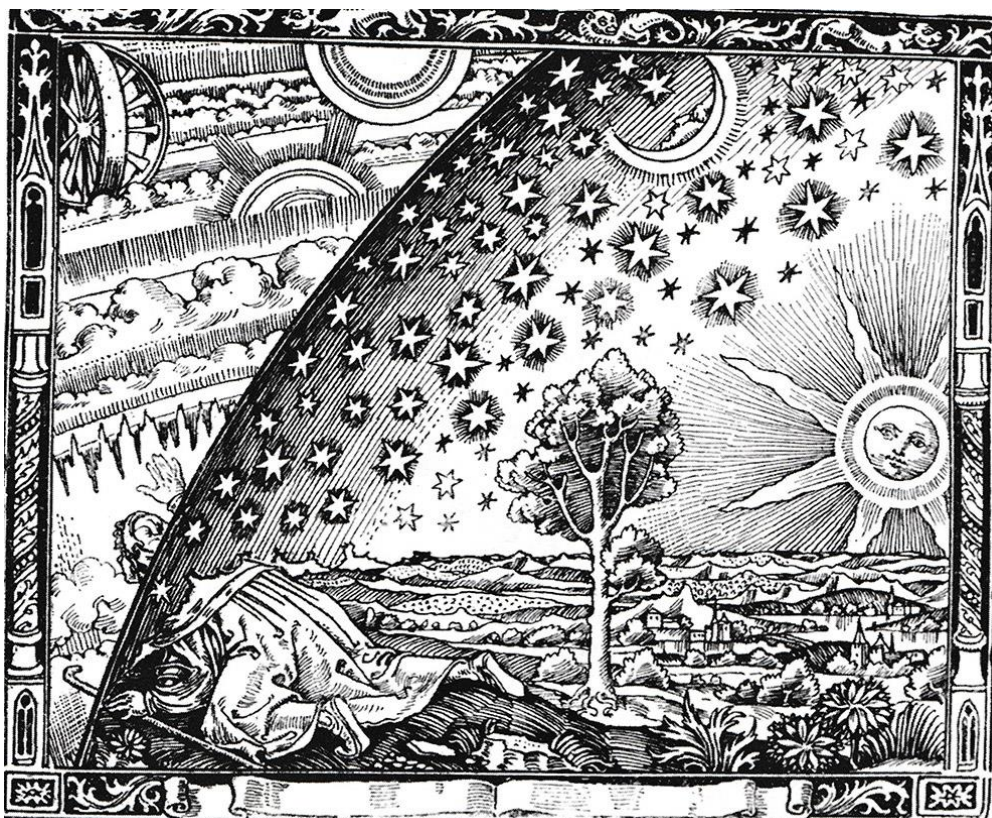


Figura 2 O cosmos Aristotélico. Aqui um astrónomo tenta penetrar o vazio.
L'Atmosphère Météorologie Populaire, Paris, 1888. (THOMAS, 2004:9).

Na pintura paisagista, em contraste com os mapas por exemplo, grande parte da tela consiste na reprodução do céu. O pintor está a representar o céu e a terra, reconhecendo o papel dos jogos de cores, luz e sombras que não podiam existir uns sem os outros. Pintores como John Constable dedicaram grande parte da sua atenção ao céu, criando modelos detalhados de nuvens e estudando vários processos de formação de cristais na atmosfera, entre outros fenómenos. Ainda assim o céu foi um componente que passou quase despercebido pelos historiadores de arte que sempre avaliaram e descreviam as mais variadas obras de paisagismo (INGOLD, 2011: 136). Assumindo que retratar uma paisagem é reconstruir numa tela uma pequena porção da terra e tudo aquilo que está acima da linha do horizonte nessa área seleccionada. Ou seja a atenção dada ao céu é quase irrelevante, sendo este sempre tomado como certo por qualquer observador.

Avançemos para um exercício mental: visualizando um quadro de uma representação de paisagem, de seguida cortaríamos a tela pela linha do horizonte, descartando a parte superior e ficando apenas com os elementos térreos dessa pintura. Posteriormente colocaríamos a parte inferior do quadro sobre um qualquer papel azul ou cinzento do formato da tela inicial, substituindo assim, o céu anteriormente retirado. (INGOLD, 2011: 127).

Conseguiríamos nós perceber a diferença? Como é óbvio iria criar uma enorme disparidade entre o original e a recente “representação”. Logo, apesar de elemento desvalorizado, o céu, é parte intrínseca de qualquer paisagem, tal como é o elemento térreo que o constitui.

A grande questão prende-se com o seguinte: será o céu parte da paisagem? Se sim, podemos supor que para perceber a paisagem é necessário observar as superfícies térreas ou as coisas que se encontram sobre a terra? Se não, que faremos sobre a nossa percepção do céu? Será que é um elemento que flutua sobre a paisagem? Ou é apenas uma ilusão? Na psicologia de percepção visual a aproximação ecológica desenvolvida por James Gibson é excelente para tentar explicar a temática da percepção do céu no conjunto da paisagem (INGOLD, 2011: 132).

Este autor reage à ideia de que aquilo que vemos é uma imagem do mundo projetada na nossa retina como se de um ecrã se tratasse. Gibson coloca o indivíduo no centro de um mundo. Mundo esse, que é específico do observador e se encontra a toda à volta, ao invés de funcionar com imagens contínuas a passar diante dos olhos. Embora, este autor também persiste na ideia de que tudo aquilo que percebemos são superfícies, tanto do solo como de objetos mais ou menos sólidos no terreno.

Ao tentar perceber um qualquer sítio arqueológico, o céu será sempre uma enorme influência para a nossa cognição e apreensão dos elementos que o constituem.

Num outro pequeno exercício de imaginação, pensemos numa qualquer estrutura negativa, escavada e terra ou até mesmo em solo geológico. A luz do céu que irá incidir sobre estes elementos irá causar diferentes cores, que nos irão levar a interpretações que poderão ser distintas. Num recinto de fossos, a identificação da terra que serviu de enchimento e da terra que se encontra ao redor dessa mesma estrutura é sempre influenciada pela luz. Podemos pensar também na identificação de buracos de poste. A cor do enchimento é a principal base de discrepância para com o resto do nível que nos encontramos a escavar. As “realidades” poderão ser influenciadas por tudo aquilo que se

encontra sobre as nossas cabeças. Uma nuvem passageira, ou até mesmo um dia de encoberto poderá limitar a identificação dessas estruturas negativas.

Para tal entendermos melhor este processo será importante discutir a definição de céu relativamente àquilo que percebemos na nossa realidade. Ora, aqui, perceber inclui apenas o sentido da visão, e tudo aquilo que esse sentido capta está relacionado com a luz. Gibson declara que apesar de vermos através dos efeitos que a luz proporciona, não conseguimos ver a própria luz. Este autor retoma a ideia de que só vemos a superfície das coisas através da incidência de luz.

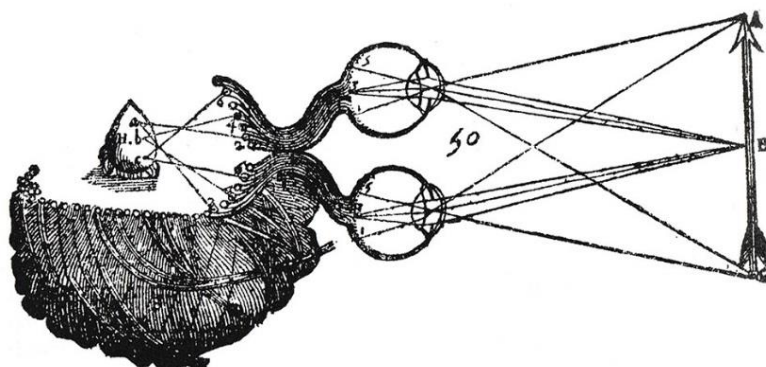


Figura 3 Imagem de Descartes para explicar o sentido da Visão através do nervo óptico. *Traite de l'Homme*, 1664 (THOMAS, 2004:178)

Tim Ingold compara, por momentos, a audição com a visão, o som e a luz. Muitas das vezes pensamos a visão como um sentido objetivador. Observamos uma nuvem, um pássaro, uma árvore, qualquer objeto que vemos de um certo ponto, a uma certa distância. Com a audição tudo parece diferente. Dizemos que ouvimos sons, mas de uma forma como se neles estivéssemos emaranhados. (INGOLD, 2011: 129) Entram dentro do nosso corpo e fazem-nos vibrar (literalmente é essa a função de todo o aparelho auditivo, a captação de vibrações). De facto, ouvir e a experiência do som parecem ser uma e a mesma coisa. Mas se assim o é, então porque não pode a visão ser também uma experiência de luz? Não poderemos ser imersos nos raios de luz da mesma forma que o somos com o som? Tim Ingold citando Alphonso Lingis diz que o espaço visual não é transparência pura, é preenchido de luz. O autor britânico de *Being Alive* pergunta-se então, por que razão essa imersão em luz e som é percebida de um modo tão diferente? A resposta que Ingold dá aponta para um conjunto de crenças de tradição ocidental concertantes à topologia da cabeça humana. Nesta topologia, os ouvidos são imaginados literalmente como buracos que deixam o som entrar, enquanto que os olhos estão

assimilados a ecrãs que não deixam entrar nenhum tipo de luz. *Inside the head then it is noisy but dark* (INGOLD, 2011: 128).

O som penetra o indivíduo no interior do seu ser, misturando-se com a “alma”, funde-se com a experiência de ouvir. Ao invés a luz, é fechada à “porta” da mente. É deixado ao sentido da visão o papel de reconstruir no interior da mente uma imagem daquilo que o mundo “lá fora” poderá ser. Claro está que estas imagens poderão estar erradas, a percepção visual tem sido um dos temas de estudo de vários psicólogos através das ilusões de ótica. Comparativamente, as ilusões auditivas são um vazio no campo de estudos deste género.

Voltando a exemplificar estes elementos interpretativos, poderemos pensar que o barulho do nosso próprio colherim a raspar uma qualquer unidade estratigráfica poderá influenciar na posterior interpretação e até mesmo na forma como será escavado esse nível. Por exemplo na identificação de materiais, uma vez que ao passar o colherim por cima de qualquer elemento cerâmico ou até mesmo pétreo fará um som diferente do que faria se estivéssemos apenas a retirar terra. Aquilo que a visão poderá esconder, a audição será sempre um bom auxiliar, embora muitas vezes relegada para segundo plano. Apesar de tudo, para um arqueólogo já com alguma experiência, isto são gestos inatos, isto é, muitas das vezes se consegue fazer essa diferenciação através da audição nem sequer se aperceber quais os sentidos que usa.

Agora é óbvio que ao olhar à nossa volta vemos todo o tipo de coisas. Tão óbvio, que por vezes nos esquecemos que só observamos o mundo porque conseguimos efetivamente ver. Num famoso ensaio de Merleau-Ponty (Merleau-Ponty 1964: 162), *Eye and Mind*, este filósofo francês denomina a capacidade da visão como “delírio da visão” o sentido que a cada momento que o indivíduo vai abrindo os olhos para um mundo em constante formação. Tim Ingold dá o exemplo de invisuais que têm a sua visão restaurada por operação cirúrgica ou até para os recém-nascidos aquando da primeira vez que abrem os olhos (INGOLD, 2011: 128). O delírio experienciado pode ser avassalador. Este autor defende também que luz é o mesmo que dizer “eu posso ver”. Não é somente um fenómeno do mundo físico (quer seja tratado como fotões ou energia radiante), nem um fenómeno da mente. Não se encontra no lado mais longínquo da retina nem no lado mais próximo. Mas sim, luz é uma experiência. Para as pessoas que podem ver é a experiência da habitar o mundo do visível, em todas as suas qualidades: do brilho, da sombra, da cor.

To see the sky is to be the sky, since the sky is luminosity and the visual perception of the sky is an experience of light (INGOLD, 2011: 129).

O céu não será então um objeto da nossa percepção. Não ligamos tanto ao ver o céu, mas mais ao ver o que está no céu. Nós vemos o céu como vemos a luz, pois o céu é luz. Aliás os pintores sempre o souberam e nas suas telas tentaram experienciar o mundo a surgir para a luz. Para eles, assim como para nós, o céu não é iluminado, é a própria luminosidade. Ainda mais, a sua sonoridade também interessa. O musicólogo Victor Zuckerkandl explicou esta prática. Na experiência de olhar o céu, fica a essência do que significa ouvir, assim como esta experiência é também o êxtase de sentir. Portanto, o que vale para o sentido auditivo vale também para a percepção tátil. A visão, audição e o toque estão circundados à experiência, respetivamente, da luz, som e sensações. E se o último nos força para acedermos às variadas superfícies, o primeiro, por contraste redireciona a nossa atenção para o meio no qual as coisas ganham forma e também onde poderão ser dissolvidas.

Em vez de pensarmos apenas como observadores, escolhendo os nossos caminhos em volta dos objetos dispostos e enterrados no chão dentro de um mundo pré-definido, devemos imaginar-nos em primeiro lugar como participantes, cada um imerso na totalidade do nosso ser, no meio de um mundo em formação. A arqueologia precisa destas ideias, deste modo de envolvência no cosmos que rodeia a disciplina, não só a nível académico ou profissional, mas também na prática dos seus discursos. Esta ideia de imersão dos sentidos será ao mesmo tempo um passo para a evolução da ciência, ao mesmo tempo, que tornará alguns sítios mais problemáticos abertos à interpretação e mesmo ao público geral que poderá ter novas formas de entendimento.

A participação não é, nem deve ser, oposta à observação, mas é uma condição essencial para podermos “examinar”, assim como a luz é uma condição fundamental para podermos ver as coisas, o som para ouvirmos e o tato para sentirmos.

As paisagens ganham sentidos e aparências na relação com as pessoas que as habitam e as pessoas desenvolvem habilidades, conhecimentos e identidades na relação com as paisagens onde se encontram. Segundo Tilley, a paisagem não pode ser considerada uma constante meramente física (TILLEY, 1994: 17). Esta varia subjetivamente em relação constante com os seus habitantes, os seus movimentos, as suas necessidades e os seus sentidos. Ingold dá o exemplo do modo de perceber uma paisagem condicionado por variações meteorológicas. Por exemplo, o nevoeiro. As

diferenças entre uma paisagem clara e uma enevoada estão nas percepções das diferentes pessoas e não na paisagem em si, no modo como se relacionam com esta.

As condições atmosféricas não são de grande relevância na maioria dos estudos efetuados da relação do homem com o seu ambiente. As ligações entre os indivíduos e o mundo material também são muitas das vezes sobrevalorizadas. Por exemplo, as materialidades só são consideradas como tal, quando “saltam” do meio em que estão inseridas, sendo que o próprio meio é considerado imaterial. Na prática isto quer dizer que normalmente só consideramos aquilo que é água da chuva, quando esta está em poças, no chão, e a neve quando cai e fica no solo, fixa. Assim como o vento, que a maioria das vezes é tido como uma força invisível e não algo material.

A paisagem encontra-se assim sobre constante mutação em todas as suas superfícies nos fluxos que chamamos o “tempo”, o sol, a chuva, vento, etc. O solo não é a superfície da materialidade mas um composto de diversas texturas materiais, que crescem, são depositadas e tecidas juntamente com um jogo dinâmico através do interface permeável entre o meio e as substâncias que este entra em contacto. A cor do solo molhado, as ervas ao vento, a presença de gelo, tudo isso mudará a nossa percepção da paisagem.



Figura 4 Desenho de Vincent Van Gogh, representando o Verão de 1889. (Vincent van Gogh Foundation) (INGOLD, 2011:122)

Conclui-se então que o arqueólogo deve cunhar a sua perspectiva com a paisagem tendo uma imersão completa de sentidos. A experiência da luz, do som e do tato. Ingold refere a existência de *lightscape*, *soundscape* e *feelingscape* (INGOLD, 2011: 135), relembrando a criação do termo paisagem no século XVII, com a pintura e obstruindo o conceito de uma total absorção do mundo – da própria paisagem. Com esta lógica de inversão e com a atualização do termo para os novos estudos sobre a percepção humana, penso que só será positivo, para a nossa disciplina a absorção de alguns conhecimentos, ou pelo menos “ganhar” uma nova percepção sobre a percepção da paisagem, da vida.

Mais uma vez decidi citar Ingold, com o exemplo fantástico de um povo na Indonésia, os *Palawan*. Na cosmogonia destes indivíduos o mundo apresenta-se em sete níveis distintos (REVEL,2005:78) todos interligados por vários elementos, alguns mais físicos e outros mais “invisíveis”. Esta percepção do universo não necessita de um “passo atrás” para o poder observar, mas contrariamente, vive com as coisas numa inter-relação fluída. Merleau-Ponty chama a isto o acoplamento dos nossos corpos com as coisas (MERLEAU-PONTY,1964). Mas o pormenor mais interessante de todo este exemplo estará na relação dos *Palawan* com as aves. Os sons da natureza são rapidamente absorvidos por qualquer visitante que não esteja acostumado. Na sua língua nativa, a fonética tende a assemelhar-se ao chilrear e ao cantar de pássaros. A importância do som e das onomatopéias é para eles algo fundamental à vida. A antropóloga que realizou o estudo relata assim a sua experiência de percepção desse lugar: *the world gives itself in one way to the eye, and in another way to the ear, as well as to the senses of smell and touch.* (REVEL, 2005: 80).

Ou seja só através da convergência de todos estes sentidos é que o indivíduo poderá ter acesso a uma nova percepção da paisagem. Os *Palawans* chegam a esta conexão com a sua paisagem através de papagaios de papel, imitando o voo dos pássaros, sentindo o ar, o vento nas próprias mãos, percebendo de uma forma completamente diferente o céu e a luz que os rodeia. Podemos então aprender com pessoas do outro lado do nosso mundo, que a observação, tão importante em arqueologia, não se encontra limitada a um sentido, mas a todos numa ligação omnipresente e em constante mutação.

Armed with their kites, the Palawans have achieved the precise reverse of what modern art historians have achieved with the concept of landscape. Where the latter have confined the world within the ambit of its surfaces, the former, reaching out from these surfaces, have regained the openness of the atmosphere. (INGOLD, 2011: 135)

A noção de paisagem dá ênfase à forma, da mesma maneira que o conceito de um qualquer corpo enfatiza a forma em que a criatura, neste caso o ser humano, está presente enquanto ser-no-mundo. Então o mundo em que esse ser é (vive) apresenta-se sob a forma de paisagem. (INGOLD, 2000: 93). A nossa observação e o local de onde observamos, ou seja, onde o nosso corpo se encontra, são pois, essenciais na prática de análise da paisagem e na definição do seu conceito.

2.2 A gênese: primeiras abordagens contextuais do território em Arqueologia



Figura 5 Escavação em Herculaneum, 1782 (*J.C. Saint Non, Voyage pittoresque et description du royaume de Naples et de Sicile, Paris 1781-1786*). (TRIGGER, 2006:79)

A escola da arqueologia da paisagem não surgiu de forma isolada e momentânea.

Surgiu em paralelo com outros trabalhos de outros campos do saber e ultimamente dependerá de uma sustentação em raízes profundas de outros campos intelectuais que não os da arqueologia.

Um dos pré-requisitos para a sua formação terá sido a ideia que todas as atividades humanas, sociedades e culturas necessitam de uma dimensão espacial. A aplicação de modelos e princípios geográficos para a compreensão do passado pode ser investigada até aos inícios do século XX em várias obras da denominada arqueologia histórico-cultural.

Nos primórdios da arqueologia Gordon Childe e Kossina já tentavam estudar o contexto espacial de um determinado sítio através da denominada “arqueologia de povoamento” ou *settlement archaeology*. A ideia central pode ser resumida como uma descrição física do cenário onde o Homem se movimentava. A própria definição de cultura de Gordon Childe implica a existência de uma entidade no espaço e no tempo. O espaço é um termo constante, apesar das diferentes denominações e ideias relacionadas.

Também se iniciaram nos projetos de arqueologia, a utilização de princípios e modelos geográficos. Para Carl Sauer a paisagem torna-se o repósito de uma luta dessa cultura contra o meio ambiente e o registo tangível da adaptação humana ao seu ambiente natural (SAUER, 1929: 325). Este geógrafo norte-americano terá sido um dos pioneiros em reconhecer que sob a influência de uma certa cultura a paisagem tornar-se-ia um espelho do esforço desse conjunto de pessoas que tentava marcar um espaço como sendo seu. A cultura seria o motivo inicial, o ambiente “natural” seria o meio e a “paisagem cultural” seria o resultado. O tempo e o espaço tornavam-se assim, os componentes principais dos modelos sociais de então (DARVILL, 2008: 60). Outra influência importante na génese desta nova subdisciplina terá sido a apreciação da dimensão estética e percecional da paisagem. Através de uma variedade de formas de arte. Seja pela literatura, poesia, pintura e até o folclore. No início do século vários artistas usaram “paisagens arqueológicas” como fonte de inspiração e até mesmo de recriações nos campos da pintura e da literatura.

Uma outra influência terá sido o reconhecimento da visibilidade que a arqueologia poderia ter em certos locais. Tanto em montanhas e vales, como pelas florestas, era largamente reconhecida a presença de elementos arqueológicos um pouco por todo mundo. Existem mesmo registos do século XVIII que mostram a preocupação do impacto da agricultura nos campos envolventes a Stonehenge, narrados por William Stukeley

The Wiltshire downs, or Salisbury plain, (as commonly call'd) for extent and beauty, is, without controversy, one of the most delightful parts of Britain. But of late years great encroachments have been made upon it by the plough, which threatens the ruin of this fine champain, and of all the monuments of antiquity thereabouts. (STUKELEY, 1740: 1)

Este autor terá sido dos primeiros a preocupar-se com a preservação patrimonial. Preocupação que continuou ao longo dos séculos, demonstrando um cuidado em manter uma estética visual da paisagem, com o restauro de alguns monumentos de outras eras.

Durante os anos seguintes, este interesse pela terra foi acompanhado pelo desenvolvimento das ciências da arqueologia e geografia, já fixadas e com um grande desenvolvimento durante todo o século XX.

Até aos anos 60 do século passado, a arqueologia e a geografia tiveram passos similares no seu desenvolvimento teórico. Apesar disso, estas duas disciplinas eram bastante distintas com preocupações próprias, mas de carácter empírico. A geografia

humana era dominada pelo estudo de regiões pelas mais variadas escalas, países, continentes, etc., tratadas de maneira holística. As sínteses resultantes deste estudo tendiam por começar com abordagens geológicas, sobre o clima e acabavam considerando elementos tão variados como sistemas políticos e o bem-estar das populações. De um modo semelhante a arqueologia também convergia várias formas de saber num só estudo. Esta preocupava-se com a ordenação dos artefactos, com a criação de tabelas representativas espaço-temporais. Nos meados deste século iniciou-se também a procura das relações entre os sítios arqueológicos e a sua localização no ambiente com a criação de padrões de colonização auxiliados por estudos de estratigrafia e dos cenários ecológicos, em detrimento dos estudos que até então seriam os mais comuns. Terrenos comuns com a transformação que a disciplina da arqueologia iria sofrer nos anos seguintes.

Durante a época do pós-guerra, com o desenvolvimento da “arqueologia de salvamento” as preocupações com os locais afetados pela destruição causada pelos combates, tornou os arqueólogos que iriam restaurar alguns sítios, mais sensíveis para o espaço envolvente e para as suas inter-relações com outros locais. Também as grandes obras públicas, como por exemplo a construção de auto-estradas em Inglaterra, proporcionaram uma base fundacional para a Arqueologia da Paisagem. Seria necessário articular os vários sítios já conhecidos para adquirir uma nova percepção “geral” de modo a não destruir nenhum local de interesse e ao mesmo tempo prospektar outros sítios de importância histórica.

Nos países mais desenvolvidos da Europa também já se agia proactivamente, com a criação de planificações estratégicas das cidades. Estes documentos permitiram um contexto para a introdução do conceito de paisagem para permitir a toda uma estrutura académica a apresentação e recolha de inúmeras informações que por sua vez iriam ter várias aplicações práticas. Os estímulos vinham também das outras áreas do saber em constante mutação como a antropologia, a geografia e até mesmo a toponímia. Esta última importante para reforçar os caracteres identitários de alguns territórios, fator decisivo em épocas de fragilidade política. Como é referido por Trigger, esta arqueologia seria *an approach that seeks to trace the histories of specific peoples continues to serve the needs of nation building in a postcolonial era* (TRIGGER, 2006: 311).

Mais uma vez, é no Reino Unido que surge um dos fatores mais importantes para as bases fundacionais da arqueologia da paisagem. A edição do livro *The Making of English Landscape*, por W. G. Hoskin em 1955. Este autor desenvolve um tema historiográfico da zona rural inglesa, baseando-se na história e na geografia do país, permitindo explorar a curiosidade para inúmeros monumentos e sítios arqueológicos de muitos que se viriam a tornar arqueólogos.

Como seria de esperar, também a tecnologia permitiu desenvolver os estudos da paisagem. Estes requeriam a habilidade para ver grandes porções de terreno ao mesmo tempo que se criavam padrões de informação que iriam ser úteis para inúmeros fins práticos como a fotografia aérea e as novas formas de cartografar o terreno. Será no livro de John Bradford *Ancient Landscapes* publicado em 1957, que estas ferramentas seriam eloquentemente demonstradas. Nas palavras do autor o seu livro foi concebido com o desejo de poder observar um todo, ao invés de apenas uma parte. *An ultimate desire to explore thoroughly complete social units, advancing from single sites to regions* (BRADFORD, 1957: 3). Esses padrões poderiam ser recolocados em mapas gerais dando uma nova escala sobre o modo como o passado é observado.

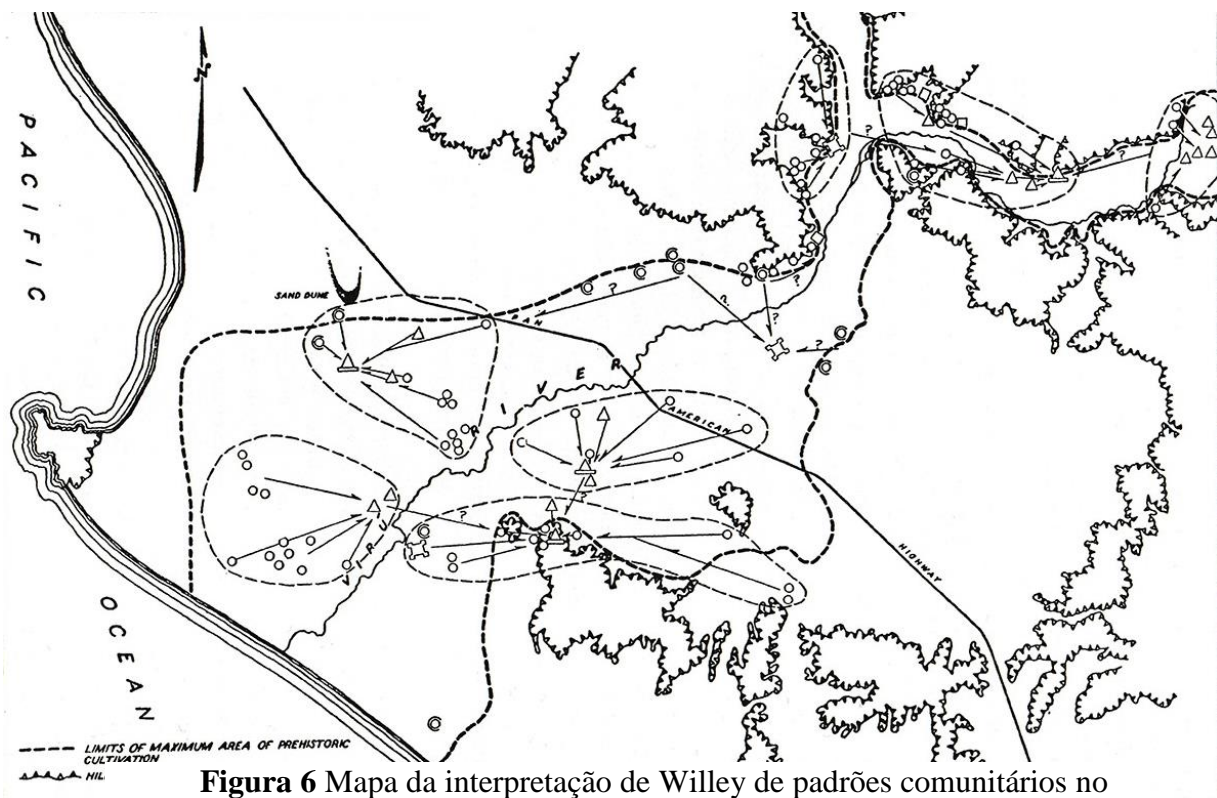


Figura 6 Mapa da interpretação de Willey de padrões comunitários no Vale de Viru, período Huancaco (TRIGGER, 2006: 378)

2.3 As “novas” ciências e a afirmação da paisagem na Arqueologia

As mudanças que aconteceram na “nova” geografia e na “nova” arqueologia foram tão significativas que dão aso ao surgimento de novos paradigmas. Embora considerado um ponto de rutura para muitos autores, esta divisão não é consensual. Aquilo que se poderá afirmar com certeza e como Bruce Trigger, investigador de história da arqueologia, relata é o “ataque” de um grupo de arqueólogos americanos à chama arqueologia histórico-cultural. [...] *a group of American processual archaeologists launched an all out attack on culture-historical archaeology, which they proposed to replace with an approach that was evolutionist, behaviourist, ecological and positivist in orientation* (TRIGGER, 2006: 386).

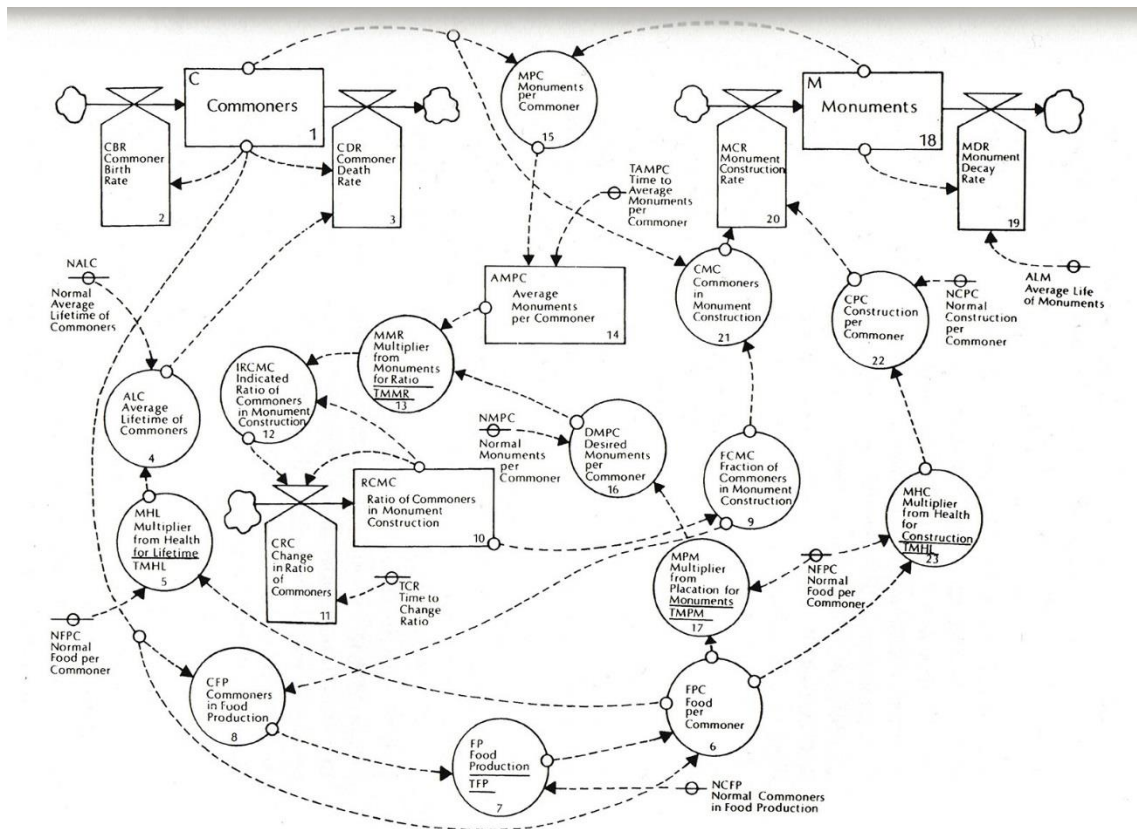


Figura 7 Diagrama das ligações entre a subsistência e a localização dos monumentos na civilização Maya. (TRIGGER, 2006:443).

Nesta fase pretendia-se uma explicação do passado utilizando métodos quantitativos e a busca de elementos que indiquem padronizações de povoamentos. Em consequência da evolução da Antropologia Americana chegaram-se mesmo a criar funções matemáticas para explicar o então chamado evolucionismo cultural. Foram criados esquemas ultra complexos para a explicação dos dados arqueológicos e da sua interpretação. Face à complexidade das civilizações pré-colombianas estas ideias foram muito bem vindas no seio da comunidade académica repercutindo-se em novas formas de estudo. Estas também procuravam respostas no meio ambiente e no espaço que as culturas em investigação ocupavam. B.J. Megger's no seu livro *The Law of Cultural Evolution as Practical Research Tool* de 1960 baseia-se mesmo uma formula do antropólogo neoevolucionista norte-americano Leslie White³ que reproduz a produção de cultura:

$$\text{Cultura} = \text{Ambiente} \times \text{Tecnologia}$$

This formulation suggested that any archaeologist who was able to reconstruct the technology in an environment of a prehistoric culture should be able on the basis of that information to infer what the key features of the rest of the culture had been like. (TRIGGER,2006: 391). O ambiente era, então, considerado um ponto fulcral para a compreensão de qualquer cultura.

Even while many of these projects were unfolding, the hard empiricism of the New Archaeology as giving way to the softer processualist approaches of Social Archaeology (Renfrew 1973, 1977), with its inherent focus on people and places and its interest in relationships between “man [sic] and the landscape” (DARVILL,2008: 62)

Mais tarde, em Inglaterra, nos anos setenta este processo era inicialmente definido como “Field Archaeology” tendo como autores principais Leslie Grinsel, Paul Ashbee, Nicholas Thomas e Peter Fowler. Em 1974, Mick Aston e Trevor Rowley publicaram a obra *Landscape Archaeology*. Estes autores necessitavam de fugir dos conceitos anteriores e criar uma ligação fluida entre a arqueologia do campo e os estudos primordiais da história da paisagem. *The Landscape is a palimpsest on to which each generation inscribed its own impressions and removes some of the marks of earlier generations.* (ASTON, 1974: 14). A ideia da paisagem como um palimpsesto é

³ *Social systems are... determined by technological systems, and philosophies and the arts express experience as it is defined by technology and refracted by social systems (White 1949:390. – I) In TRIGGER, 2006:388*

continuada ao longo desta obra. As variadas formas de marcação de um território são sempre sobrepostas com ideias das suas contemporaneidades, que por sua vez irão sendo sempre “reinscritas na pedra”. Esta arqueologia ia para além do simples registo dos sítios arqueológicos, mas explicava contextualmente lidando com toda a extensão das complexas “paisagens culturais”. Durante esta época os temas em que os arqueólogos mais se concentraram ligavam-se com a economia e as sociabilizações.

Dentro destes princípios, o processualismo continuava a ter uma consciência para o espaço que cada sociedade ocupava, prolongando o conhecimento dos paradigmas anteriores. A distribuição de sítios arqueológico em espaços ecológicos, a compreensão de estratégias económicas e dinâmicas territoriais, a preocupação em entender as condições económicas determinantes para a instalação de certos sítios, entre outros temas ligados a um pensamento mais economicista e de razão prática. Nesta altura alguns dos conceitos base, também se misturam causando alguma confusão etimológica. Território, meio ambiente, paisagem ou lugar, seriam muitas vezes usados de forma quase indistinta. A influência da geografia é também um processo notório, com a aplicação de alguns processos demográficos em estudos de larga escala.

Colin Renfrew previu que muitos dos estudos que se dedicaram a essa “nova” geografia iriam servir de base a novas metodologias empregues por arqueólogos de gerações vindouras.

Essa análise espacial tinha como base uma série de modelos matemáticos, um deles antes referido, que por sua vez iria levar a novos sistemas de mapeamento e de registo. A escala de observação seria alterada. Surgem análises correspondentes a regiões e não apenas a sítios específicos. Consequentemente surgem novas metodologias de processos de prospeção, estudos de simulação e modelos preditivos.

Alguns destes modelos eram inovadores na sua abordagem às problemáticas arqueológicas, apesar de tudo continuavam a utilizar um sistema pré concebido. Nos estudos ambientais, simulam-se as potencialidades dos recursos, interligando nos diferentes espaços os agentes da investigação para exploração. Os cursos de água, as pedreiras, etc. Os estudos palinológicos mostram-nos as concentrações de plantas comestíveis ou utilizáveis param matéria-prima, entre outros fatores. Em suma, mais provas da existência de uma ânsia de tornar a arqueologia uma ciência exata e multidisciplinar. Como Timothy Darvill refere terá sido durante esta altura que os

arqueólogos reconheceram o espaço, em termos sociais, como uma continuidade, sendo que o que varia de região para região é a forma como as pessoas que habitam determinado espaço o utilizam, valorizam, categorizam, conforme as suas crenças e valores. (DARVILL, 2008: 63).

Em suma o espaço deveria ser visto como um meio onde os seres habitam e não como uma espécie de contentor para as ações dos sujeitos em análise. Como tal, o espaço não poderá existir separado dos acontecimentos que nele ocorrem. Esse espaço, que tanto preocupou muitos dos arqueólogos, é socialmente produzido, e como tal deve ser estudado tendo em conta as atividades humanas e todos os elementos que lá se encontram inseridos, ao invés de ser estudado como uma variável própria.

Excavation and survey-based projects that integrate archaeological and paleo-environmental evidence within a landscape framework are increasingly common and have moved from being multidisciplinary in their execution to being rather more interdisciplinary. (DARVILL: 2008: 65).

Isto significa que com a diversificação de estudos, as explorações entre os vários campos do saber são inter-relacionadas e não apenas recolhidas de forma independente, criando resultados apetecíveis, tanto para o investigador como para o público comum.

O desenrolar destas novas teorias de interpretação é rapidamente desenvolvido. Passados alguns anos do primeiro título especificamente dedicado à arqueologia da paisagem, a expansão não foi apenas exponencial mas também diversificada. Trabalhos como os de Ian Hodder⁴ ou Lewis Binford⁵ formam as evidências no que diz respeito à perceção dos lugares estudados. A diversificação é tanta que será possível afirmar, que apesar de a terra ser só uma, muitas paisagens existiam para serem estudadas das mais variadas maneiras.

The balance between theoretical and ideological positions is also highly relevant to the realization of shared objectives in archaeology, where real differences are visible. (DARVILL, 2008: 63).

⁴ HODDER, I ed. – 1978 *The spatial organization of Culture*. London: Duckworth.

-1976 *Spatial Analysis in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press

⁵ BINFORD, L. – 1982. The Archaeology of Place. *Journal of Anthropological Archaeology*. 1: 5-31. 1983 – *In Pursuit of the Past*. London: Thames and Hudson. (Na edição Portuguesa *Em Busca do Passado* editado pela Europa América).

2.4 Os novos trilhos da paisagem como ciência social

The biggest single development in recent decades surrounds the recognition that natural places in the landscape have specific meaning and significance for prehistoric and later communities and that they are often connected with rock art, votive offerings, special sources of raw material and monuments (Bradley, 2000) (DARVILL, 2008: 63).

Com esta afirmação Darvill, pretende afirmar que um dos pontos fulcrais na perspectiva de um arqueólogo preocupado com a percepção da paisagem será a aceitação do significado que esta tem para as comunidades que as habitavam. Esse sentido apesar de empiricamente distante pode ser aproximado pelo estudo das relações dos diversos monumentos com gravuras rupestres, oferendas ou até mesmo com os locais onde se extraíam as matérias-primas das suas atividades. Contudo há que ter sempre em conta que as generalizações não representam um reflexo de que as comunidades passadas poderiam sentir e pensar.

Com a “perda de inocência” do processualismo, momento chave para o surgimento de novas ideias, os focos de atenção alteraram-se. A importância dada aos aspetos económicos é substituída pelo interesse de cariz social. Oportunamente surge a crítica à busca de leis universais do comportamento humano e questionam-se os objetivos mais abstratos do arqueólogo. Isto quer dizer que os cientistas do passado reconhecem o valor de diferentes perspectivas e múltiplas percepções.

Voltando um pouco atrás, é durante as conferências da Associação Australiana de Arqueologia de 1982 que Ros Langford, um antropólogo com descendências aborígenes enfaticamente produz uma das afirmações mais fortes em todo o panorama. *Our Heritage your Playground*. Isto funcionou como uma dura crítica aos arqueólogos e antropólogos que descreviam e usufruíam da herança patrimonial dos nativos onde se encontravam a investigar. O “recreio” para os inquiridores ocidentais era não só um lugar de aprendizagem, mas também toda a vida e herança para os procedentes desses pontos de pesquisa.

O respeito pelas comunidades estudadas foi assim alterado e com esta ação houve também uma aproximação entre o investigador e a comunidade, levando ao aumento do contacto direto com as populações percebendo-se assim que a paisagem como elemento social está inscrita em praticamente todas as coisas, desde a identidade, até às próprias leis e histórias dos seus habitantes.

Os objetivos tornaram-se mais claros. A arqueologia da paisagem funcionará como uma tentativa de enquadrar o ambiente físico, social e cultural, percebendo as ligações fluidas e plurais entre estes elementos. Mais objetivamente pretende também perceber como é codificada e vivida através das práticas sociais nela realizadas. Para abranger todas as variáveis os significados terão de ser encontrados através de estudos contextuais. Não pode existir arqueologia sem ação no campo. Essa ação terá de estar relacionada com a experiência e reflexão sobre tudo o que acontece em campo, ou seja, não será só e apenas uma transcrição, ordenação e contextualização dos materiais e estruturas, mas também os pormenores mais subjetivos contam para a análise. Este tema será abordado mais à frente, relativamente à posição do arqueólogo face à sua gestão de criação de conhecimento através do registo arqueológico. Alguns investigadores denominam esta prática como híper interpretativa e associada ao paradigma fenomenológico da filosofia.

É neste campo do saber que no início do século XXI, é atingido um novo patamar na interpretação das paisagens. Uma série de autores de entre os quais se destaca Christopher Tilley com *The Materiality of Stone*, e *Round barrows and dykes as landscape metaphors* e *A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments* usa saberes ligados à fenomenologia para descrever e explicar as ligações à paisagem de diversos recintos de fossos do Reino Unido. Estes textos encontram-se impregnados de referências a poemas, assim como divagações retóricas muito pessoais. Ao mesmo tempo que invocam fundamentos no etéreo, no impalpável, propício ao estudo de uma imaterialidade dos sentidos. Acima de tudo estes artigos experimentais da formação do estudo pós-processual da arqueologia da paisagem foram rampas de lançamento para novas abordagens e novos tipos de estudo, abrindo caminhos a novos modos de conhecimento em paralelo com ruturas do paradigma do pensamento crítico da sobre modernidade, fornecendo dados palpáveis para a imposição de um novo paradigma científico.

A filosofia “Heideggeriana” tem vindo a encorajar a Arqueologia pós-processual a imaginar que através do ato da contemplação é possível perceber ou sentir, que as paisagens tinham significado, seja ele simbólico ou estético, para as pessoas que as habitavam nesse tempo longínquo. A ideia de que um arqueólogo com formação ocidental moderna consegue perceber o passado contemplando o que o rodeia de forma intuitiva reflete a crença fenomenológica de que a diversidade cultural é uma natureza humana comum, à semelhança das várias necessidades corpóreas do ser humano, que tornam operações como esta, possíveis. Esta é uma ideia que parece estar implícita um pouco por toda a filosofia germânica há pelo menos dois séculos. Segundo Trigger, vários antropólogos tem vindo a demonstrar empiricamente que as diferenças culturais são demasiado grandes para tornar uma série de paralelos obsoletos, uma vez que cria uma visão etnocêntrica, originando resultados pouco credíveis. Um exemplo eficaz para a compreensão desta ideia encontra-se nas demonstrações dos arqueólogos pós-processuais face à enorme polivalência cognitiva demonstrada nos estudos de cultura material.

Many postprocessual archaeologists concur that it is impossible to demonstrate that such interpretations are likely to be valid, but maintain that this impossibility justifies a speculative approach, since it is the best that is possible and without it prehistoric archaeology would be irrelevant to the present (Bender et al. 1997) in (TRIGGER 2006: 474)

O que Bruce Trigger quer dizer é que muitos destes investigadores concordam que é impossível demonstrar que tais interpretações possam ser validadas, ao mesmo tempo que usam estas questões para justificar a aproximação especulativa.

Será que encontros contemporâneos com a paisagem – quer por modelação virtual, quer pela incorporação na própria paisagem – poderão alguma vez, aproximar-se à experiência das pessoas no passado? Esta suposição, como é óbvio pode ser considerada problemática. Autores como Christopher Tilley ou Joanna Bruck, que se baseiam em grande parte na fenomenologia (TILLEY, 1994; BRUCK, 2005), defendem que existem vários pontos em comum entre a experiência humana do passado e do presente. O corpo humano e a paisagem física atuam como uma constante que impõem as mesmas limitações ao movimento do corpo no passado e no presente.

Para Tilley a experiência física de um arqueólogo à medida que avança sobre uma paisagem, hoje, permite a “entrada” para uma interpretação dessa paisagem semelhante à do passado. Esta tem sido uma questão muito debatida, e após muitas experiências do gênero ainda é difícil perceber se esses estudos trouxeram novas perspectivas da compreensão do passado.

Uma das críticas a fazer é a dificuldade em representar o corpo humano como universal. Homens, mulheres, jovens e idosos experienciam o mundo material de maneira diferente. Mais importante ainda, o corpo é um produto das relações sociais e valores culturais, ou seja as mesmas condições materiais podem gerar experiências diversas, conforme o grupo em que o sujeito se encontra inserido. Assim como o mundo material também não é estático, uma das mais simples provas da sua alteração serão os fenômenos meteorológicos. Como já foi referido com a definição de paisagem, todas as variáveis interessam na análise de um qualquer local tornando difícil qualquer aproximação interpretativa.

Muitos arqueólogos defendem que esta é uma forma irresponsável de criação de conhecimento. Muitas vezes algumas destas interpretações contemplativas tendem a ignorar realidades ecológicas e até as relações sociais são deixadas de uma forma muito vaga, o que eventualmente resultará num amontoado de ideias com uma conotação generalista altamente evolucionária das sociedades, paradoxalmente à vontade do denominado pós-processualismo criticar a larga escala qualquer espécie de evolucionismo social.

Nos últimos anos, muitos arqueólogos têm sido atraídos para perspectivas que quebram as divisões tradicionais entre corpo e mente, ação e pensamento, sejam elas mais fenomenológicas ou inspiradas pelo conceito evolucionário de *Extended Fenotype* onde todos os aspetos do comportamento e da relação com o meio ambiente de um organismo são relevantes à sua sobrevivência e capacidade reprodutiva. Estas abordagens tendem a generalizar que o pensamento é por si só um tipo de ação ou pelo menos empreendido por um ser corpóreo num contexto de contingente material.

Nas palavras de Fleming, os arqueólogos pós-processuais têm caracterizado a arqueologia da paisagem como uma prática demasiado empírica. Afirmam que a disciplina se tornou estéril, uma vez que lida de forma desadequada com os indivíduos do passado e ainda primazia o sentido da visão assim como as abordagens científicas cartesianas (FLEMING, 2006: 26). Estes teóricos afirmam que é necessário ultrapassar as evidências mais básicas, ir além do conhecimento positivista do século passado.

Esta arqueologia deriva em grande parte das evoluções dos estudos de fenomenologia às paisagens do passado. Esta visão é questionada, pois muitos dos seus resultados são apenas comprovados por textos designados por híper-interpretativos. As aproximações mais recentes a este campo são, sem margem para dúvidas, mais problemáticas e mais complexas do que aquilo que os seus preponentes anteviram.

Ao mesmo tempo este processo serviu como modo de explicar mudanças culturais em contraposição com enquadramentos pré-definidos totalizantes ou redutores. Confrontando-se com a arqueologia “tradicional” tipicamente empírica dos anos cinquenta, assim como o positivismo derivado do processualismo dos anos setenta.

Segundo a investigadora Ana Vale, estes estudos diversificados construindo a arqueologia como disciplina, deverão ter sempre em conta que um discurso simples e inteligível não pode ser baseado na crença de que é possível a criação de uma cópia exata e neutra de um qualquer momento passado, *materializando o que se designa de registo arqueológico*. Será possível afirmar que a cópia é uma impossibilidade uma vez que a realidade original, *enquanto entidade estática não existe*. A necessidade de criação de conhecimento deve ser abordada como se de uma tarefa criativa se tratasse. O arqueólogo deve ser sempre consciente da multiplicidade de significados que os discursos sobre o passado podem atingir. *Irrecuperável é, com efeito, toda a imagem do passado que corre o risco de desaparecer com cada instante presente que nela não se reconheceu* (VALE, 2011: 120,29).

Para Boaventura Sousa Santos, que muito tem desenvolvido no tema da criação da ciência e do conhecimento num novo universo epistémico, o positivismo

[...] é uma concepção que assenta nos seguintes pressupostos: a “realidade” enquanto dotada de exterioridade; o conhecimento científico como representação do real; a aversão à metafísica e o carácter parasitário da filosofia em relação à ciência; a dualidade entre factos e valores com a implicação de que o conhecimento empírico é logicamente discrepante da prossecução de objectos morais ou da observação das regras éticas; a noção de “unidade de ciência” nos termos da qual as ciências naturais partilham a mesma fundamentação lógica e até metodológica. (SANTOS, 1989: 57).

Como já referi, a arqueologia pós-processual, particularmente ligada à interpretação da paisagem, é uma consequência do pensamento pós-moderno, logo a criação de conhecimento terá de ter novas diretrizes essenciais para obter a rutura com o passado cognitivo. Mais uma vez o autor português brilha na sua apresentação de factos, *todo o conhecimento científico consiste em dar sentido a outras práticas sociais e contribuir para a transformação destas [...] a verdade de cada uma das formas de conhecimento reside na sua adequação concreta à prática que visa constituir. (SANTOS, 1989: 51).*

Existe uma imaginação científica, que se sujeita às regras do controlo, por parte de colegas e do público; e essa imaginação não é só bem-vinda como indispensável.

Infelizmente é impossível resumir, ou antes, definir a Arqueologia da paisagem dentro de um só contexto científico. Esta serve várias “Arqueologias” e prende-se por tentar dar resposta a inúmeros problemas que qualquer arqueólogo se depara.

A arqueologia da paisagem pós-processual começa do princípio ideológico de que a história (incluindo a pré-história) é escrita no presente, e em consequência, apenas existe no presente, sendo os autores tentados a tratar os projetos arqueológicos (muito para além do trabalho “físico” da escavação) como performances, ou produções culturais ao invés da típica investigação científica de metodologias empíricas. As “crenças” e aspirações ao objetivismo e à verificação científica são quase consideradas como inúteis, sem sentido aparente para a realidade cultural em que estamos inseridos.

Bender em 1998, também citada por Tilley, refere que *one cannot be objective but, rather than on a sea of relativity, one can position oneself so as to ask questions and propose interpretations that seem relevant to contemporary concerns*. Isto é, a interpretação tem de fugir das referências típicas de outras ciências, uma vez que o objeto de estudo se encontra distanciado não só espacialmente, mas temporalmente, de tal modo que será impossível de alcançar, para comprovações empíricas e experiências do tipo “tentativa/erro”. Aqui também Julian Thomas refere que a Arqueologia não pode exigir as garantias de uma verificação que o discurso processual dos anos setenta exigia dentro do seu positivismo quase utópico. A Arqueologia tipicamente científica não poderá produzir as interpretações do passado que nós, arqueólogos, necessitamos.

Recorrendo a Ian Hodder, é possível explicar que a percepção humana é guiada pelos sentidos, mas os conceitos que dela advêm são construídos através da razão. Esta ideia deriva da tradição filosófica ocidental e tornam muitas teorias para explicação de certos sítios arqueológicos quase obsoletas pela contradição entre razão/percepção.

In much of the Western philosophical tradition, the bodily senses are said to guide perception, but concepts, though informed by perception, are said to be guided by reason. However, studies in neuroscience show that reason is embodied, thus erasing the dichotomy. It appears that the same nerve systems that allow perception also allow conceptualisation. (HODDER, 2003: 117)

Segundo Tilley, o termo “espaço” por si só já não tem a validade nem um significado adequado. Não existe espaço, mas sim espaços (TILLEY, 1994: 10) . Atualmente, esta problemática volta a ser mencionada por Ingold, em que este se refere ao termo espaço como sendo uma das definições mais desligadas da realidade, mais abstrata e mais vazia que podemos utilizar para descrever o mundo em que vivemos. O autor questiona mesmo o modo como nós chegamos ao ponto de descrevermos o mundo que nos rodeia de um modo tão abstrato e através de um conceito tão rarefeito. Como já referi, a vida torna-se uma relação entre coisas de propriedades internas que ocupam o mundo, mas não o habitam no sentido literal da palavra (INGOLD, 2011: 144). Este conceito será abordado mais à frente analisando de forma mais profunda o trabalho de Tim Ingold sobre esta e outras questões particulares

A constituição desses espaços é vista então como parte das atividades diárias de indivíduos ou grupos de indivíduos. Um espaço com significado envolve uma série de relações com o meio físico ou Natureza, com o espaço mentalmente criado pelas pessoas que o ocuparam e a forma como o percebem e representam e o espaço de movimentos e interações dessas mesmas povoações. Darvill expõe esta problemática afirmando que a cognição e todos os significados simbólicos anexados à paisagem através da arte e da linguagem são ingredientes importantes, tal como a eliminação de barreiras artificiais entre a natureza e a cultura e entre a cultura e o ambiente. (DARVILL, 2008: 67). Esta relação entre a cognição e a criação de “espaços” socialmente produzidos, combina o cognitivo, o físico e o emocional em algo que pode ser reproduzido mas é sempre aberto à transformação e mudança (TILLEY, 1994: 10). Os significados que este termo poderá ter são de dimensão subjetiva e muito dificilmente podem ser entendidos fora das construções simbólicas que os indivíduos criam no seu processo de vivência. O que é o espaço depende de quem está a experienciá-lo e do modo que o faz. Esta experiência não é inocente e neutra, mas sim revestida de poder relacionado com a idade, género, posição social e relações com outros. Isto poderá ser um contrassenso mas a passagem de mero espaço a “espaços” passa também pela sua temporalidade. Estes são criados baseando-se noutros “espaços” ou lugares, reproduzindo e transformando outros já pré-existentes de acordo com um passado comum. Estes espaços encontram-se sempre intrinsecamente ligados à formação das relações sociais.

Tendo ultrapassado esta barreira imaginária dos processos tradicionais de verificação, os arqueólogos pós-processuais, alcançaram um estatuto próprio de “criação de saber” permitindo escrever ideias dependentes da sua intersubjetividade. Rompendo com o tradicional, mais uma vez Julian Thomas refere que nos primórdios do estudo da arqueologia da paisagem os indivíduos interagem com o meio ambiente como fantasmas dentro de uma máquina.

A paisagem é um elemento físico com inúmeras derivações possíveis, um tipo de análise “ecológico-sistêmica” .

This is thus a ‘top down’ analysis ... detailing a series of constraints which between them define a space in which the missing term in the equation – the people – can one day be made to appear, stepping out of the black box. Structures, fields, climate, soils are all filled into place, in the belief that given a totalizing knowledge of all other factors ... the absent human presence, must emerge. Yet this is a vain hope: the apparatus remains so much wreckage (THOMAS, 1993).

Isto é, a definição de espaço construída, encontra-se em falta de um fator essencial na sua compreensão, as pessoas. As estruturas, os campos, o clima, criam uma crença de conhecimento totalizante que muitas vezes se perde, na falta de protagonismo dos agentes essenciais que os estudos projetam.

Voltando a um tema essencial no debate desta problemática particular é a própria formação da política de visão. Mais uma vez relembro que para apreender as várias questões será importante ir tão atrás, quanto ao século XV, em particular às pinturas paisagistas da altura e ao desenvolvimento de teorias da perspectiva. Estas eram paralelas e refletiam as preocupações de tratamento das terras como comodidades alienáveis num contexto de berço do capitalismo. Ao longo do tempo com a criação dos mapas, da fotografia aérea, das imagens de satélite e dos serviços de informação geográfica, funcionavam como forma de uma busca pela monitorização e disciplina do passado. Correndo sempre o risco de “apresentar” o passado em termos de interesses particulares dos mais poderosos. Outra crítica apontada pelo pós-processualismo é a ligação intrínseca que estas ideias tem com o modo de Ocidental, pós-Luzes, de ver o mundo. Dentro deste conjunto de “atitudes” ocidentais, até no próprio modo de conceber e apreciar arte ligada à paisagem, a visão é sempre o sentido privilegiado. O conhecimento e a política de visão dos indivíduos criados num ambiente pré-iluminismo, é totalmente diferente dos modos cartesianos dos arqueólogos de meados do século XX. Devemos libertar-nos desta “camisa-de-forças” mental e desenvolver uma arqueologia de *inhabitation* e em *dwelling perspectives* libertando-se do problema da ausência das pessoas na totalidade de estudos “paisagistas”.

Para o estudo da Pré-História deverão ser usados alguns conceitos importantes, que servirão de base para toda a desconstrução necessária à aproximação possível de dados sobre o objeto de estudo, nas palavras de Tim Ingold, será uma lógica de inversão. Um estudo histórico de conceitos chave para apreensão do mundo real, seja ele contemporâneo ou o denominado “pré-histórico”. A Antropologia, na qual Tim Ingold se insere, tem vindo a estudar em grande detalhe a estrutura do pensamento humano e das formas cognitivas em relação a algumas características sociais e históricas. A aplicação destas teorias à pré-história é um dos meios pelo qual a Arqueologia da Paisagem poderá funcionar.

Os diferentes códigos dentro de uma cultura estão interligados por relações de compatibilidade entre si, sendo este um princípio baseado nos requisitos práticos da comunicação linguística e metalinguística, pois ninguém é capaz de criar conteúdos que são significantes para uma audiência sem utilizar referências comuns nessa mesma audiência. Todas as formas espaciais são determinadas pela conceção do espaço presente no grupo sócio cultural que as produziu. Este princípio é aplicado tanto em formas intangíveis como tangíveis.

A criação da paisagem poderá englobar vários sentidos. Aqui já me estou a referir às paisagens antrópicas uma vez que, ao utilizar o termo criação, com certeza não será num meio natural. A monumentalização de certa forma é um desses traços marcantes que “criam” uma paisagem.

No caso dos “sítios monumentais”, com a sua arquitetura particular com os seus muralhetes e bastiões a impedir ou permitir o caminho, criando uma série de trajetos próprios e linhas, concebendo uma malha densa. Linhas que se cruzam e entrecruzam, algumas delas nitidamente cortadas (as condenações), constituindo ruturas nas complexas ligações de “espaços”. O indivíduo é o próprio movimento “enclausurado” numa série de trilhos parecendo ser feito individualmente ou causando alguma individualidade. Durante este processo o indivíduo adquire um constante crescimento e desenvolvimento originando numa autorrenovação das suas perceções. Estas arquiteturas servem para a criação e moldagem do espaço em si. E a níveis mais elaborados chegam a alterar a totalidade da paisagem. É a criação do espaço tangível, visível. Está patente uma dialética socio-espacial constante. O espaço é ao mesmo tempo constituído e constitutivo (TILLEY, 1994: 17).

Para Vitor Oliveira Jorge é a esse ato constitutivo e voluntário e deliberado que,

[...] associada à ideia de um design, isto é, de um projecto com um conteúdo e um estilo definido – uma “mensagem” – que distingue um monumento de um outro sítio arqueológico qualquer. Um monumento é algo em que se inscreve um sentido intencional, ou seja, uma ideia pré-concebida que se vai procurar materializar no espaço transformando-o muitas vezes num lugar, ou seja, num espaço qualificado com densidade de vivência antropológico-histórica. (JORGE V. O., 2002: 15).

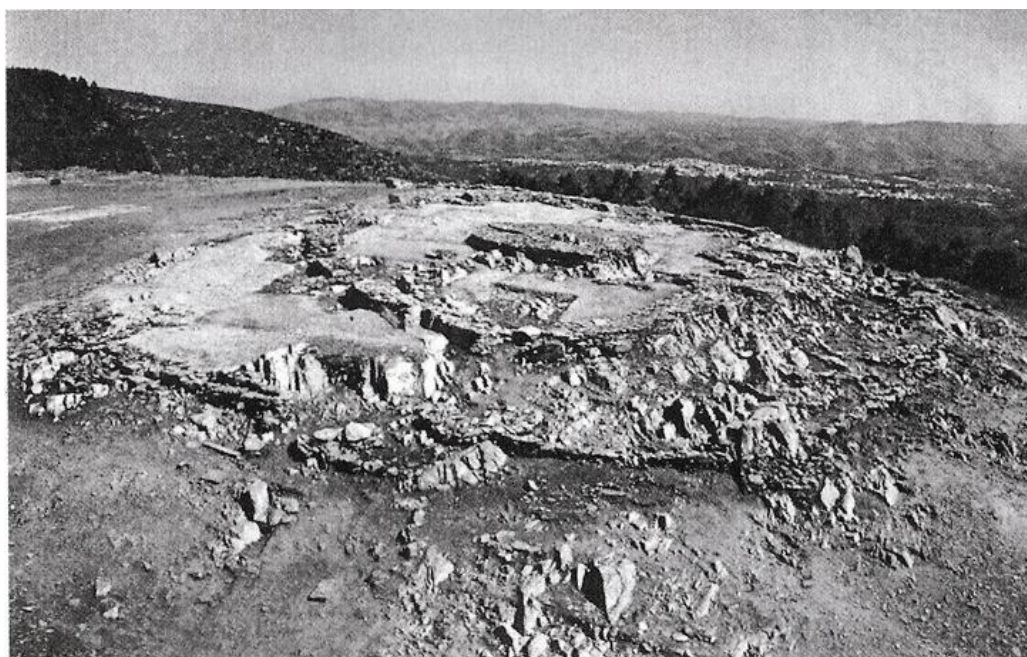


Figura 8- Vista da paisagem que se obtém para leste do alto do monumento de Castelo Velho de Freixo de Numão (foto de S. O. Jorge). (JORGE S. O., 2005:228).

2.5 A arqueologia da paisagem hoje – exemplos nacionais e internacionais

Ao conceptualizarmos paisagens do passado como conjuntos de significados, tanto pelas diferentes valorizações de espaços como pelas estruturas e materialidades, “equipamos” a arqueologia teórica e praticamente de ferramentas capazes de contribuir para debates diversificados sobre paisagens no presente e no futuro, nunca se limitando ao passado. Filipe Criado Boado é um dos exemplos em que a arqueologia, a paisagem e o património se encontram ligados, não só para a produção de conhecimento, mas também para a proteção de uma identidade no norte de Espanha, mais concretamente na Galiza (CRIADO, 1997). A universidade de Santiago de Compostela tem mesmo um departamento única e exclusivamente dedicado a este tipo de estudos. O *Landscape Archaeology Research Group*. Nestes estudos, o autor galego reconhece que ao estudar particularmente a atividade humana pré-histórica as ações poderão não estar diretamente ligadas ao ambiente em que se encontram, assim como poderão não possuir uma relação funcional limitada. Ao invés, Filipe Criado designa as relações como interligadas umas com as outras e com o próprio ambiente baseado na representação mental do mundo que essa sociedade poderá ter tido. (CRIADO, 1997: 5.)

Autores portugueses como Susana Oliveira Jorge, refletem na importância do cenário para qualquer atividade passada *a interpretação da natureza de uma «atividade» decorre eminentemente da identificação do «cenário» a que a mesma está ligada. É o «cenário» que fornece sentido a tal «atividade»*. (JORGE S. O., 2005: 47). Isto significa que qualquer ação terá diferentes significados dependendo do local onde está inserida.

Os objetivos podem ser variados, mas para a autora portuguesa a estratégia, no caso dos recintos murados da península ibérica, define-se em dois elementos: *apreender a sua unicidade e articulá-los com os sítios sincrónicos, à escala regional, com os quais faziam sistema; paralelamente, inseri-los numa problemática geral de organização de espaço, por forma a caracterizar a novidade semiológica que os mesmos convocam*. (JORGE S. O., 2003b: 13).

No caso de João Muralha Cardoso, a localização dos sítios, em particular de Castanheiro do Vento,

permite assegurar uma constante referência comunitária que... implica um significado preciso no espaço... um marcador que ao mesmo tempo assinala a paisagem, está inserido nela. A ideia de lugar é aqui reconfigurada de forma a tornar-se visível, a tornar-se um elemento marcante, um elemento de pertença a uma comunidade que circula e habita numa paisagem. (MURALHA, 2010: 442).

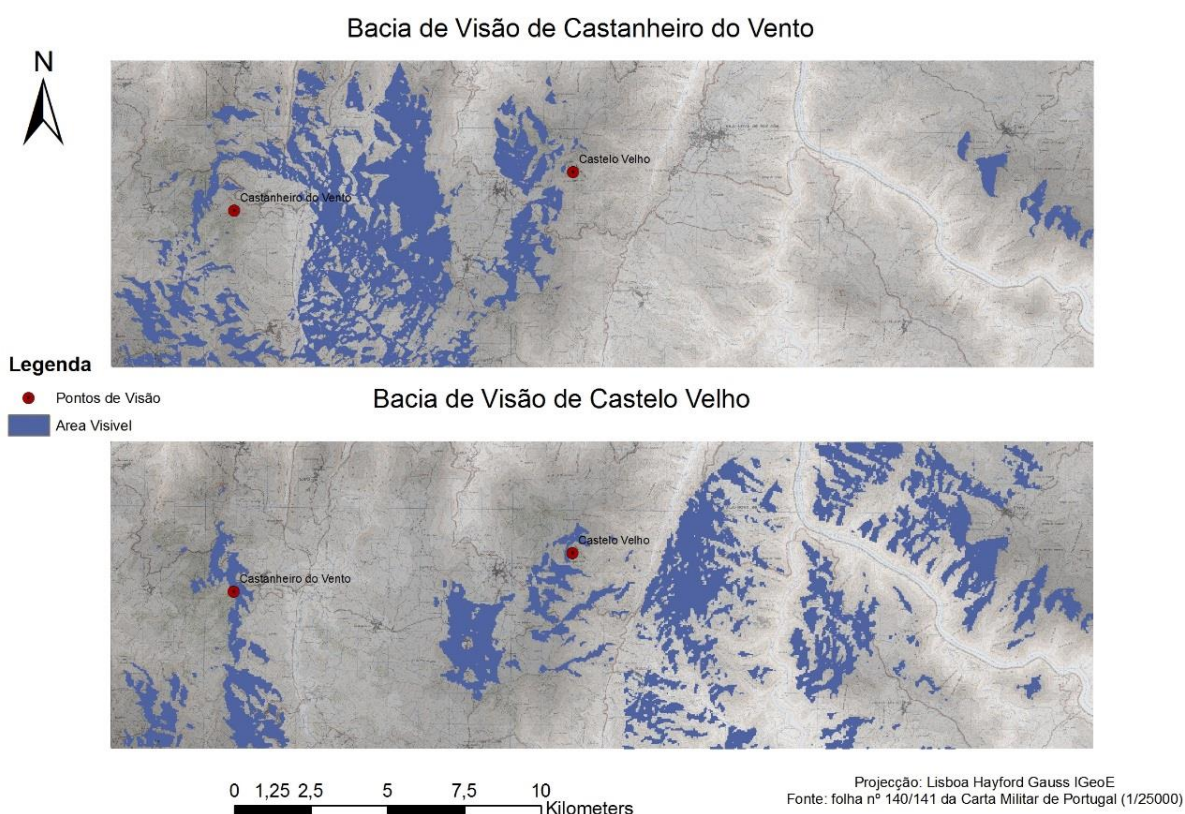


Figura 9 Mapa de Bacias de Visão de Castanheiro do Vento e Castelo Velho

Neste mapa é perfeitamente perceptível a capacidade que estes dois locais tinham sobre o ambiente que os rodeia. A azul encontra-se a área visível de cada um deles. Este mapa foi apenas montado com duas cartas militares, se tivesse sido possível a inclusão de mais mapas a sul e a este penso que as áreas observáveis seriam ainda maiores. Em dias de céu limpo é possível a nossa vista alcançar o país vizinho (!).

Esta perspectiva enquadra-se em muito na teoria da perceção de Tim Ingold (2000;2011). Também no seguimento de autores anglo-saxónicos, João Muralha refere que

A arqueologia enquanto produto da modernidade (THOMAS 2005) é ela própria uma forma de ocupação do espaço e só ocorre quando se está atento. Todos os sítios evidentemente já existiam, mas só se tornam lugares marcantes quando uma certa forma de “olhar”, burilada por uma pensamento “moderno”, patrimonial, acontece. (MURALHA, 2010:25).

Também sobre o contexto português, será importante referir António Carlos Valera, nas menções aos espaços denominados como povoados este, afigura-se que

é um sítio onde se vive a plenitude da vida. É um local onde se morre e se desenvolvem todos os primeiros actos de ritualização da morte, é um sítio onde se nasce, onde se desenvolvem as ritualizações do nascimento...onde as pessoas se sentem em segurança dominando totalmente o espaço interior face ao exterior mais “indisciplinado” (VALERA, 2006: 497).

Nestas passagens percebe-se a pluralidade de sentidos dados a um local, a um “povoado”, dentro do seu enorme estudo sobre a transição do calcolítico para a idade do bronze no alto Mondego. Dentro das referências à paisagem deste trabalho devemos aludir à sua definição de constituição de paisagem.

A constituição da paisagem como território, delimitado e controlado, não implica necessariamente a existência e a geração imediata de sistemas sociais hierarquizados e sustentados por regimes tributários com base num desenvolvido incremento produtivo. (VALERA, 2006: 506). Logo de imediato explica também que os sistemas de percepção da paisagem estarão particularmente interrelacionados com as características morfológicas do espaço vivido que, com a fixação territorial, se vão restringindo. (VALERA, 2006: 508).

Outra autora de grande importância no estudo dos territórios será Maria de Jesus Sanches. Na mesma linha interpretativa de J.M. Cardoso, descreve o sítio de Crasto de Palheiros em Murça, como uma *colina monumentalizada/transformada pela acção humana*” (SANCHES, 2008: 23). Anteriormente, já esta autora analisava o espaço envolvente em relação com as arquiteturas como um elemento essencial na abordagem problemática do sítio.

São então as práticas sociais que dão sentido ao espaço construído, estruturando o espaço-tempo em função de experiências individuais e colectivas (Barrett, 1994), marcadas por actividades de vária ordem. Estas actividades, rotineiras nuns casos, cíclicas ou pontuais, noutros, são sempre manifestações /recriações da ordem cósmica que subjaz à comunidade como um todo. Uma estruturação e organização do espaço só se entende então na dupla contingência espaço-tempo. A arquitectura, sendo um meio extremamente eficaz de estruturar o espaço-tempo porque marca direcções, impõe barreiras, não tem, contudo, um sentido/funcionalidade unívoca (Pearson & Richards, 1994), não podendo assim ser formalmente interpretada de modo singelo . (SANCHES, 2000-2001: 7-8).

Nesta citação, do início do século, é possível apreender a preocupação em relacionar as atividades com a arquitetura, as identidades e a ordem cosmológica dos antigos habitantes destes lugares investigados.

Durante todo o processo de pesquisa surgiram também outros estudos não estritamente relacionados com a arqueologia, mas sim com o estudos sociais e antropológicos da paisagem em locais particulares. Um caso interessante é o de Castelo de Vide, publicado na revista *Análise Social* em 2011. Neste artigo intitulado *Paisagem material, paisagem simbólica e identidade no concelho de Castelo de Vide*, é possível perceber algumas das potencialidades que estas formas do saber nos proporcionam muita para além da mera descrição inata. Citando algumas palavras da introdução

Este artigo ocupa-se da relação entre paisagem e identidades locais, articulando os olhares distintos da geografia e da antropologia. Com base numa tipologia da paisagem e em narrativas pessoais e do lugar, equaciona-se o papel da paisagem como operador simbólico na constituição da comunidade local no concelho de Castelo de Vide (Norte Alentejano). (CAROLINO, 2011: 89).

Esta abordagem concetual baseou-se em várias variáveis presentes na paisagem, *litologia, morfologia, solos, estrutura da propriedade, ocupação do solo, elementos lineares, assim como o peso específico que cada uma destas dimensões tem à escala local.* (CAROLINO, 2011: 93). Ao mesmo tempo os investigadores entrevistavam pessoas locais com o *objetivo de mapear formas de imaginar a relação entre paisagem e identidade local na sua diversidade de expressões e nos termos dos próprios entrevistados.* (CAROLINO, 2011: 92).

São trabalhos como este que poem em prática os conhecimentos analisados até aqui. Apesar de não se encontrarem dentro do campo da arqueologia são um bom exemplo daquilo que se poderá desejar fazer. Como é óbvio com algumas diferenças. Infelizmente, hoje, é impossível fazer as entrevistas como os nossos colegas sociólogos fazem, aos nossos agentes em estudo. Uma vez que estes já não nos conseguem falar diretamente, teremos de interpretar as suas “palavras” de variadas maneiras. As suas “ações” nas paisagens serão analisadas nos capítulos seguintes.

3. Arquitetura como ação na Paisagem

Os monumentos são muitas vezes associados às investigações interpretativas da arqueologia da paisagem. Por sua vez, numa parte significativa destes estudos, o monumento é estudado *per se*, isto é, assumido como uma entidade arquitetónica, pouco ou nada problemática e quase sempre “finalizado”. Neste trabalho será importante uma aproximação um pouco mais complexa. Apesar de começar com o objetivo de alargar o leque de conhecimento há que ter sempre em conta que será produzido um maior número de questões. Como foi referido até aqui, as paisagens devem ser estudadas como contextos de grande diversidade. Podendo ser mais ou menos específica dentro de um tema, mas sempre tendo em conta toda uma série de variáveis que determinaram uma série de fatores dentro de um determinado espaço ou território.

Essa necessidade é a de criar conceitos novos através da “construção de espaços” estruturados de acção social colectiva. São assim construções estruturantes do pensamento e da vida individual e comunitária, não somente porque a sua construção e manutenção exige a congregação dos esforços de toda a comunidade – o que no Crasto de Palheiros atinge uma dimensão inusitada - , mas porque as práticas sociais que aí têm lugar se articulam intimamente com os planos arquitectónicos e têm sempre, como pano de fundo, mas também como objecto, o território. (SANCHES, 2003:117).

Neste caso, relativamente aos monumentos, a paisagem deverá ser estudada como um contexto de construção em que o monumento está sempre enredado num processo constante de alterações e transformações não tendo propriamente um fim, ou finalidade, como hoje designamos. (HAMILTON et al; 2008: 176). Os monumentos são sempre entidades atrativas, tanto para os arqueólogos como para os menos conhecedores da História ou do Património. O encontro físico com grandes construções cria uma nova sensação de escalas, isto é, um sentimento de exiguidade perante tamanho poder. Como seria de esperar esta é uma das muitas intenções das arquiteturas monumentais ao longo do tempo. Estas funcionam também como mnemónicas de um espaço.

Numa perspetiva arqueológica mais tradicional o monumento será inevitavelmente uma entidade já completada, frequentemente fossilizada e apresentada ao público por instituições de património, conseqüentemente assumindo forma de ícone. Mais uma vez poderemos citar Ingold para explicar que as formas que hoje se denominam por concluídas, são apenas um momento durante a vida de qualquer elemento ou entidade.

Building, then, is a process that is continually going on, for as long as people dwell in an environment. It does not begin here, with a pre-formed plan, and end there, with a finished artefact. The “final form” is but a fleeting moment in the life of any feature, when it is matched to a human purpose, likewise cut out from the flow of intentional activity. (INGOLD, 2000: 188).

Voltando atrás, a arqueologia como ciência terá sido fundada num racionalismo tipológico e em princípios estratigráficos. Isto significa que todas as evidências materiais são classificadas e ordenadas segundo uma sequência. Devido a este legado, o papel do arqueólogo torna-se um pouco mais difícil, uma vez que existem sempre variáveis, que implicam inúmeras adições, subtrações e reconstruções. Para superar este desafio são criadas diversas fases ou momentos. Neste quadro interpretativo existem diversos exemplos. Stonehenge⁶ em Inglaterra, ou em Portugal os casos de Castelo Velho⁷ e Castanheiro do Vento⁸. Nestes exemplos cada fase ou momento é analisada para representar uma certa entidade arquitetónica produzida por um qualquer episódio construtivo.

Esta é uma das muitas formas de análise de uma construção monumental, refletindo o nosso hábito de ver e experienciar as construções. *We are accustomed to see the building process as simply one of facilitation where architecture is built to be used.* (HAMILTON, et al 2008: 176). Hoje em dia, o processo de construção é efetuado de forma extremamente rápida. De um momento para o outro, o que seria uma obra torna-se uma escola, um hospital, um conjunto de apartamentos ou uma outra entidade “útil”. Isto significa que também pensamos os monumentos do passado desta maneira, ou seja, privilegiando a sua forma “final”. Ao mesmo tempo, isto significa também que qualquer monumento, ou edifício, só atinge um papel social no instante em que se conclui.

⁶ Atkinso R. 1956, *Stonehenge*. London: Hamish Hamilton. Cleal, R; Walker Q., Montague R. 1995. *Stonehenge in Its Landscape*. London: English Heritage Monographs.

⁷ JORGE, Susana Oliveira (2005) – *O Passado é Redondo Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*. Porto: Afrontamento.

⁸ MURALHA, João (2010) – *Castanheiro do Vento Um Recinto Monumental do IIIº e IIº milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Palma: Vessants, arqueologia i cultura.



Figura 10 Estrutura em Castelo Velho «rampa» pétreo adossada (foto de V. O. Jorge) (JORGE S. O., 2005:108).

Será importante refletir sobre o papel da construção quando estudamos elementos no passado mais longínquo. A criação de arquiteturas monumentais é reconhecida em vários locais, como tendo um papel social, potencialmente representando uma “arena” de reprodução identitária, de hábitos e costumes, de fixação da memória, através de uma constante reelaboração do monumento. Daqui poderemos examinar melhor a “criação” de momentos ou fases, para melhor entender as mais diversas construções, deixando de lado a hipótese de mostrar apenas uma “identidade final”.

As arquiteturas não espelham a “natureza” das sociedades, nem “falam”, por si só, sobre o que no seu interior ou em redor foi ocorrendo. E “o-que-foi-ocorrendo” no interior e à volta das arquiteturas não tem correspondência directa na forma dos espaços e nas materialidades que deram vida aos cenários da acção. (Jorge, S. O., 2007: 12).

Lesley McFadyen explica estas ligações entre as pessoas e os *objetos arquiteturais* ou monumentos de uma forma sublime.

In some ways, this approach might be compared to seeing the end of a film and only ever talking about the end point (a 'finished' long barrow) being point of the whole film, when we all know that films are composed of many life-changing events for the characters involved. (McFAYDEN, 2006: 93)

Neste pequeno paragrafo a autora metaforiza a ligação entre a construção de um monumento e a visualização de um filme. Não é o final do filme que representa todas as sucessões de acontecimentos. Ao visualizarmos apenas os últimos minutos de qualquer película cinematográfica estaremos a perder todos os eventos que levaram a uma conclusão em particular. No ponto de vista do realizador, esta interpretação também é válida. É através da “construção” de inúmeras cenas que um filme é produzido. Para Lesley a arquitetura é um meio e não um fim. O seu estudo implica a compreensão de todo um processo, mais ou menos complexo. Para o exemplo aqui referido, e para muitas outras arquiteturas pré-históricas, o método construtivo implica uma rede de ações. Mesmo os trabalhos mais simples seriam vitais para a constituição e remodelação dos espaços, subentenda-se, os habitats.

Será até possível afirmar que algumas práticas sociais advêm de processos construtivos, que são por si só mecanismos de reprodução de identidade. Sendo que as criações de arquiteturas monumentais serão projetos contínuos com durações ilimitadas. Importante também é referir que todo esse processo construtivo implicará uma série de ações que não se limitam ao local do monumento, mas expandem-se como uma rede. Voltando a referir aqui o conceito de *Taskscape* de Tim Ingold, não só por referir as variadas temporalidades de relações entre as pessoas que habitam certos locais, mas também pela relevância dada às especificidades próprias dos ritmos espaciais e temporais das diferentes tarefas.

Landscapes have been considered as a network of places, as a medium through which places were socially constructed and made meaningful. (McFADYEN, 2008: 307).

3.1 O ato de moldar a paisagem: construção

Da palavra inglesa é possível retirar uma ilação importante sobre o termo construir. “Building”, como o ato de edificar, é exatamente isso. É o verbo para identificar a arte de elaborar espaços, arquiteturas, ou até mesmo qualquer objeto. Ao mesmo tempo o termo “Building” significará o objeto final. O edifício, a construção. Um substantivo onde o movimento já não existe, ou pelo menos, não na estrutura em si. Qualquer pessoa ao utilizar este substantivo estará a referir-se a tudo aquilo que se passa no seu interior, às atividades proporcionadas por essa qualquer infraestrutura. Esta ideia formulada por Tim Ingold no seu mais recente trabalho *Making* reflete na separação entre o construir e o habitar. Pelo menos, na cultura ocidental, onde o último começa o primeiro acaba. *Residence begins when building ends* (INGOLD, 2013: 47).

Este estudo é bastante importante, e é um dos focos centrais de alguns sítios arqueológicos nacionais, onde as equipas de investigação se têm preocupado em enunciar, e explorar, termos como arquitetura, habitação e até mesmo as suas relações com o meio.

Um destes sítios é Castanheiro do Vento no concelho de Foz Coa, e nada melhor que citar uma das investigadoras que trabalha no local para dar uma perspetiva mais direta e relacionada com este tema particular. *Construímos para habitar. Primeiro ergue-se a casa para depois a habitar, como um contentor onde se realizam as actividades da vida, ou mais especificamente algumas actividades, já que existem tantas outras que se desenrolam no exterior, ao ar livre.* (VALE, 2011: 149)

Nesta pequena transcrição a autora, reflete na ideia de Heidegger de habitar e construir. A distância entre a construção e a habitação será o momento em que qualquer construção passa a Arquitetura *per se*. Este é também um dos autores fundacionais, em que Ingold se baseia para o desenvolvimento da *Dwelling perspective*. “*Nós não habitamos porque construímos, mas construímos porque habitamos, por isso somos habitantes...Construir é habitar...Apenas se formos capazes de habitar poderemos construir*”⁹ (Heidegger, 1971: 148, 146, 160; *italico no original, apud Ingold, 2000b: 186, tradução nossa*) Ingold considera esta frase como a frase fundacional da “*dwelling perspective*”. (VALE, 2011: 149).

If the activities of residence are truly distinct from, and consequential upon, those of building, the three must be at some determinate point at which the building is finished – when building yields a building - which means, in turn, that its form must be judged as the realisation of a pre-existent design. This is precisely the judgement that is entailed in regarding the building as an instance of architecture. (INGOLD, 2013: 147).

Esta perspectiva só poderá ser adotada quando se estudam vários elementos de qualquer sítio arqueológico. Um dos termos usados para descrever o sítio de Castanheiro do Vento é o de *Colina Monumentalizada* (JORGE S. O., 2005).

In a sense, I suppose, architects and archaeologists could be regarded as procedurally equal but temporal opposed: after all the very same tool – the trowel – that the builder uses to fabricate the architectural forms of the future is used by the archaeologist, in the excavation of a site, to reveal the forms of the past. If one begins with designs of what is to be up, the other ends in plans of what has been unearthed. (INGOLD, 2013: 10).

Quero com isto dizer que o arqueólogo será um arquiteto mas de cronologia invertida, o que significa que enquanto que o arquiteto constrói e fabrica o seu projeto desde o seu início (a ideia), até à sua conclusão (habitação ou outro qualquer fim), o arqueólogo começa pelo fim. Vai destruindo os vestígios materiais existentes até chegar ao início, ao “arché” do grego principio de todos os momentos e todas as coisas. O objeto do arqueólogo será a aproximação a essa ideia que os “arquitetos” que nos precederam tiveram.

Este processo implica sempre que o arqueólogo tenha um papel ativo na sua investigação. Terá sempre de ir “atrás” dos vestígios que o levam a chegar às antigas ideias. Quase como um caçador recolector que seguiria a sua presa até atingir o objetivo de a capturar. A ação investigador do passado será uma forma de arquitetura inversa. Uma literal desconstrução dos elementos, das provas, dos vestígios que constituem e irão constituir a nossa memória pessoal e coletiva.

3.2 A Ilha da Páscoa e o Calcolítico do território português

O que à primeira vista parece absurdo, pode muito bem ser uma fonte de conhecimento que ao mesmo tempo nos ajuda a entender melhor certos aspetos teóricos aqui desenvolvidos. Para exemplificar este facto, seria interessante referir um local extremamente popular tanto pelo seu mistério como pela distância do nosso mundo ocidental.

Assim, decidi referir o sítio de Rapa Nui também conhecido como Ilha da Páscoa. Encontra-se num dos locais mais isolados do mundo, do lado mais este da Polinésia, a cerca de 3200 quilómetros da costa Sul Americana (o continente mais próximo). De forma formação vulcânica, conta com apenas 166 quilómetros quadrados. É na sua linha de costa que se encontram alguns monumentos. Os *Ahu* são elementos pétreos formados por uma base retangular alongada, situada em locais bastante específicos e que algumas vezes⁹ surgem com os célebres *moai* no seu topo. Embora mais raros, existe também outro elemento constitutivo destes monumentos, o *pukao*, que são formas cilíndricas também em pedra ou escória vulcânica que se encontravam nas cabeças dos *moai*. A grande maioria dos *moai* é esculpida num tipo muito específico de tufo vulcânico retirado das crateras exteriores do vulcão Rano Raraku, no sudeste da ilha. Já os *pukao* são constituídos de escória vulcânica retirada da cratera de Puna Pao, localizado no sudoeste da ilha. Os *ahu* são constituídos por rocha basáltica retirada junto aos locais da sua construção.

As cronologias absolutas existentes para estes elementos não são consistentes. Os primeiros estudos apresentam datas entre 894 d. C. e 1035, enquanto obras mais recentes . apontam para um início apenas em 1200 a.C.

Durante escavações efetuadas em alguns *Ahu* foram encontradas evidências de várias reconstruções. No *Ahu* conhecido como Akahanga foram encontradas quatro “fases” diferentes, todas envolvendo diferentes processos construtivos. *The idea of process, the construction of particular ahu as ongoing projects, seems to better capture their architectural complexity* (HAMILTON, et all 2008: 179). Para este autor é o processo contínuo de construções e reconstruções assim como o transporte de materiais

⁹ 164 *ahu* dos 300 identificados apresentam-se complementados com *moai* na parte superior. MARTINSON-WALLIN 1994,:52

que serão os pontos centrais nas vidas dos habitantes da ilha e não apenas o projeto “final” dos monumentos.

The monumental ahu are composite structures with the quarrying and transportation of materials derived from different places in the Island. Consequently, the process of construction was central to the live of prehistoric Rapa Nui Islanders (HAMILTON, et al 2008: 179).

Para além da importância de todo o “ritual” de transporte e sucessivas reconstruções, será importante observar os locais de extração dos materiais destes monumentos. Perceber a totalidade da paisagem e não apenas elementos isolados.

Muitos investigadores remetem para a importância das “pedreiras” onde eram esculpidos os *moai*, não pelas esculturas em si (o elemento finalizado), mas sim por todo o processo da sua formação. Hoje são observáveis pedreiras com diferentes níveis de preparação das esculturas.

A própria topografia natural da ilha torna o sítio espetacular. Numa planície a sudeste da ilha ergue-se um cone vulcânico Rano Raraku. Este é o local onde a maioria dos *moai* terão sido retirados do tufo vulcânico. Este vulcão terá sido esculpido de uma maneira espetacular com a extração de inúmeras estátuas, mas ainda hoje se encontram *in situ* cerca de quatrocentos *moai* em estádios de produção. Aproximadamente oitenta encontram-se erigidos na parte mais baixa da encosta sul do vulcão. Estes *moai* encontram-se virados para fora “contemplando” o horizonte *gazing away from the quarry* (HAMILTON, et al 2008: 179).

Mais acima uma pequena faixa de pedreiras mais discretas atravessa as encostas do vulcão.

Hoje é conhecido um largo número de locais onde estes *moai* eram retirados. Sendo que este é um outro ponto discutido pelos investigadores, uma vez que se põe hipótese deste processo ter sido levado a cabo de uma forma quase industrial. Apesar de não existirem quaisquer registos sobre este procedimento, o facto de surgirem vários locais com diferentes métodos de produção pode ajudar a criar um entendimento mais específico que os habitantes da ilha teriam sobre essa paisagem particular.

Este conjunto de pedreiras deve ser entendido como um conjunto, as diferentes fases, assim como as diferentes metodologias podem ser apreendidas de forma a criar uma representação espacial única.

Such discrepancies are more than a product of differential “working” practices, and the quarry bays are better appreciated as architecture with very particular forms of spatial representation (HAMILTON, et al 2008: 180).

Os autores deste artigo defendem que este conjunto pode ser dividido em três tipos diferentes de ordenamento espacial. O primeiro dos quais seria explicado como uma arquitetura de exclusão e separação, ou seja, um espaço cuja movimentação é objetivamente condicionada com passagens estreitas que ligam locais mais “abertos” de talhe das esculturas. Um pouco como as câmaras laterais das antigas catedrais do ocidente.

A segunda forma de ordenamento espacial seria uma área mais ampla onde os *moai* seriam completamente retirados do solo, deixando os seus enormes negativos na rocha, e colocados noutra local ainda mais amplo. Estes ainda hoje se encontram distribuídos aparentemente de forma aleatória, em diferentes fases do processo de acabamento da escultura. Alguns dos autores que estudaram estas “pedreiras” afirmam que o facto de serem retirados de um local para o outro poderá ter um significado mais profundo, um pouco à semelhança das gravuras rupestres.

Por último, a terceira forma de organização do espaço poderá ser associado a uma espécie de “santuário” onde uma parte da rocha é deixada por escavar formando uma autêntica moldura, que, por sua vez, alberga os gigantes *moai*, parcialmente talhados, como se de um jazente medieval se tratasse.

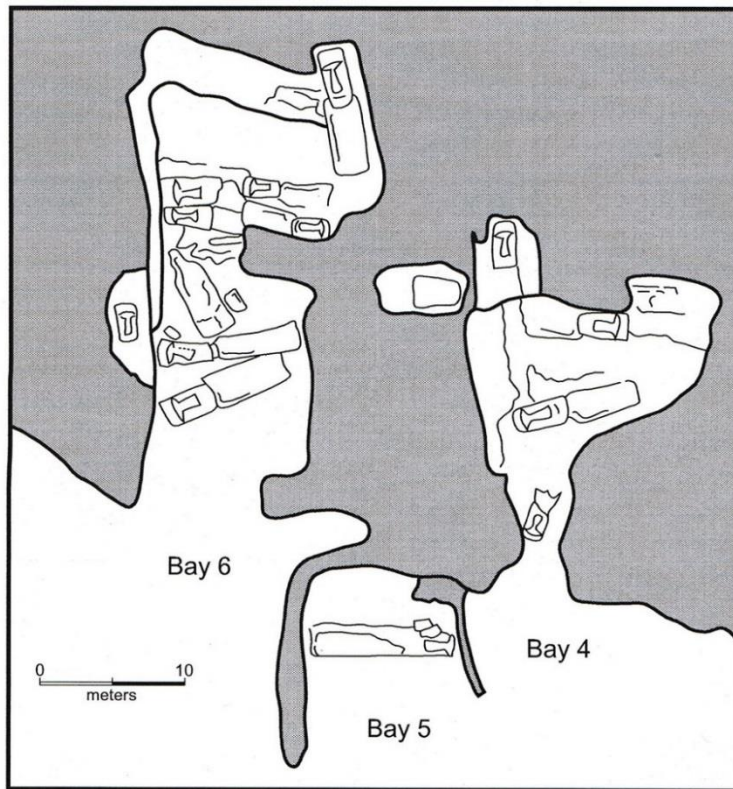


Figura 11 Plano das pedreiras mostrando a maior ou menor restrição ao acesso às esculturas (HAMILTON, et al 2008:181)

The encounter with each form of architecture clearly represented a different experience. Some bays have restricted access, others highly visible monstrous petroglyphs, both framed and unframed. (HAMILTON, et al 2008: 183).

Cada local pela sua diferença na constituição será capaz de oferecer uma diversidade de experiências no espaço. Mas também deve ser entendido como um todo, como uma formação de uma paisagem única. Os próprios detritos destas pedreiras encontram-se na encosta do vulcão. Mais uma vez, a maioria destes “restos” parece não se encontrar posicionado de forma aleatória, mas sim com o intento de criar uma “avenida” ou pelo menos uma larga passagem com acesso aos diferentes locais de produção, orientando não só o movimento, mas também o olhar daquele que lá circula para o interior das molduras pétreas onde os *moai* se encontram estendidos. Nessa ampla passagem vão surgindo algumas estátuas “completas”, que se expõem em ambos os lados da “avenida”.

The presence of upright moai at the base of the quarry was not a product of incomplete or unfinished working practices. Instead, they presented a monumental facade, structuring and grading the pathways to the quarry bays. (HAMILTON, et al 2008: 183).

Estas autênticas estradas são apenas uma representação da ordem cosmológica e social dos habitantes desta ilha. Pela magnitude dos monumentos e os intervalos temporais que se conhecem, é imediatamente assumido como uma parte essencial das suas vidas. A construção, colocação, a criação de passagens que delimitam os sentidos, teria, eventualmente, um significado que hoje não poderemos atingir, mas com certeza que nos permitirá colocar uma série de “novas” interrogações para qualquer estudo desta natureza. Seja ele onde for.

To dwell in Rapa Nui was essentially to labor with monumentality. (HAMILTON, et al 2008: 183).

Este processo de construção de “memórias” ao longo de toda a ilha reforça a ideia que percepção da paisagem dos seus habitantes funcionaria como uma rede de práticas associadas à monumentalização. Demarcada de uma forma assinalável e conhecida um pouco por todo o mundo. A forma organizativa destas esculturas funcionará como uma manifestação material das inter-relações sociais e cosmológicas dos habitantes de Rapa Nui.

Construction is a fluid process and consequently landscapes of construction are also diverse and fluid; moreover, within composition is a physicality of the more abstract and intangible aspects of social life. In this respect, landscapes of construction are not merely taskscapes but also provide revelatory experiences to those who inhabit them. (HAMILTON, et al 2008: 183).

Este exemplo prático, serve para ilustrar de certa forma as teorias que se têm defendido até aqui sobre a integração e percepção dos seres humanos nas mais variadas paisagens um pouco por todo o mundo. Apesar da distância geográfica e cronológica, esta interpretação também se coaduna com alguns dos locais estudados através da Arqueologia da Paisagem no nosso País.

Como já foi referido, existem vários autores em Portugal que utilizam as arquiteturas e os territórios como base dos seus estudos. João Muralha Cardoso, relativamente ao sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento, mostra como a análise da arquitetura à escala de um território pode ser importante. Este sítio enquadra-se numa rede de locais, conhecidos como recintos murados numa perspetiva mais singular e abrangente, ou colinas monumentalizadas, numa forma mais interrelacionada com o território e mais específica ao caso particular de Castanheiro do Vento. Estes recintos, *ou seja... espaços delimitados por muros, fossos, valados ou qualquer outro tipo de barreira arquitectónica durável* (JORGE S. O., 2003b: 15), apresentam um quadro espaço-temporal diverso, mas que se enquadra no denominado Calcolítico. O sítio de Castanheiro do Vento poderá ser *genericamente datado do 3º milénio e da primeira metade do 2º milénio a.C.* (MURALHA, 2010: 23), Atendendo à geografia dos variados exemplos conhecidos este sítio enquadra-se na meseta norte da Península Ibérica. Concretamente, o sítio arqueológico de Castanheiro do Vento, localiza-se no concelho de Vila Nova de Foz Côa, Nordeste de Portugal junto à bacia do Douro, numa colina com altitude absoluta de 730 metros (VALE, 2011: 32).

Este recinto seria *delimitado por um ou mais muros, provido de um outro grande recinto anexo, ambos com estruturas ou células sub-circulares na respectiva periferia...* (JORGE, V. O., et al, 2003a: 84). Essas estruturas são atualmente denominadas como bastiões. Segundo as últimas 13 campanhas arqueológicas (1998-2010) foram identificadas *três linhas de um murete concêntricas interceptadas por unidades subcirculares... e cortadas por passagens ou entradas* (VALE, 2011: 38). Estes muros são construídos de forma peculiar, uma vez que de um dos lados, que poderá ser entendido como o externo ou “virado à paisagem”, encontram-se reforçados com várias lages de xisto formando um reforço ainda bastante preservado. *Especificamente o “bastião D” apresenta um conjunto de lages inclinadas, dispostas em “escama”, que encostavam a uma grande laje fincada.* (MURALHA, 2010: 220). *Todo este sistema de contrafortagem sucessiva, ou talude estruturado, serviria de contrapeso à força exercida pelo alteamento das estruturas.* (JORGE V. O. et al; 2003a: 90).

Noutros locais encontram-se estruturas mais pequenas de forma mais ou menos circulares, mas elaboradas com elementos menos comuns, como moinhos manuais e fragmentos de cerâmica. O que hoje é visível poderá ser considerado apenas um esqueleto ou o delineamento de um projeto. Possivelmente toda a estrutura se transformaria causando uma terceira dimensão, formada por elementos mais perecíveis. *...as paredes erguer-se-iam em terra crua utilizando, ao que tudo indica, diferentes técnicas e modos de fazer* (VALE, 2011: 39). Esta hipótese constituiria uma atitude perante a paisagem bastante avassaladora. Será impossível referir números; se as paredes de pedra, e ou terra, efetivamente tivessem existido, ao longo dos anos seriam completamente destruídas como todos os outros materiais perecíveis. Portanto a altura será uma incógnita. Relembrando que este sítio se encontra numa encosta, os materiais mais “maleáveis” tendem a deformar-se mais rapidamente pelas forças gravíticas. Mesmo com poucos metros de altura, paredes térreas num topo de um morro teriam um enorme impacto em toda a área envolvente e poderiam ser percecionadas de diversos locais diferentes, assim como do seu alto a visibilidade seria majestosa, impondo uma marcação no território. *A visibilidade que se obtém sobre a paisagem em redor é sempre impressionante, seja essa paisagem predominantemente plana (Meseta), ou dominantemente ondulada (caso de Foz Côa e áreas vizinhas para ocidente)*. (JORGE V. O., et al; 2003a: 90).



Figura 12 Recinto de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa). Implementação e envolvência. (MURALHA, 2010:332).

Esta ação na paisagem à semelhança da construção dos *Moai* implica uma cosmologia e uma forma de perceber o território, fluída ecuménica e relacional. Fortes linhas que “desenhavam” as ligações entre pessoas, terra e as suas identidades, origens e significações.

Simplesmente, mais do que serem consequência de uma sociedade plenamente estabilizada nas suas hierarquias, estes monumentos seriam causa dessa estabilidade, ao fabricarem ordem no próprio espaço utilizável à escala humana, naturalizando um conjunto de representações, de comportamentos, de valores, de tradições de crenças e tiros e certamente uma cosmologia e uma mitologia. (JORGE V. O. et al, 2003a: 102).

Este posicionamento particular parece ser intencional. À semelhança de Castelo Velho¹⁰, um outro recinto murado do mesmo concelho, a área ocupada por Castanheiro do Vento poderá ser entendida como um ponto numa rede dinâmica de lugares interconectados.

O sítio de Castelo Velho foi concebido de forma a não estar dissimulado na paisagem. Pelo contrário o sítio foi premeditadamente implantado num lugar visível de muito longe. ... um sítio que joga como a visibilidade/monumentalidade do seu dispositivo arquitectónico. A noção de que a arquitectura contém a tal «verdade», apela para um conceito de passado único, possuidor de identidade e sentido, de que nos pudéssemos ir aproximando por esforços sucessivos... O passado, qualquer «passado», existe em função de uma teia de significações conferida em cada presente histórico. (JORGE S. O., 2005: 58).

A paisagem habitada é uma paisagem com lugares. É através desses lugares que a paisagem é experimentada, e é através da paisagem que esses lugares são vivenciados. (MURALHA,2010: 444)

A importância do ato de construir é também fundamental para perceber a natureza destes locais. Mais que construções finalizadas, são gestos no espaço em constante mutação.

¹⁰ Castelo Velho de Freixo de Numão localiza-se no Norte de Portugal. No concelho de Vila Nova de Foz Côa. Situa-se num remate de esporão, a cerca de 681m ... virado a um tributário da margem esquerdo do Douro, o rio Vale da Vila. (JORGE S. O., 2005:142).

O autor está sobretudo preocupado com as técnicas de configuração do sítio, com a habilidade técnica e com o gesto construtivo. Realça que Castanheiro do Vento poderá ser entendido enquanto uma trama que foi tecida continuamente, e não apenas como um conjunto de construções passíveis de serem integradas em fases construtivas. (VALE, 2011: 43).



Figura 13 Representação de dois conjuntos cerâmicos identificados no interior da estrutura de moinhos manuais em granito. (VALE, 2011:57)

Ainda hoje, no século XXI, inúmeros anos passados desde os seus primeiros habitantes, as denominações podem mudar mas os encontros continuam. Neste caso, Castanheiro do Vento é hoje um “sítio arqueológico”, onde pessoas continuam a reencontrar-se, por propósitos diferentes, mas prolongando a interação de forma fluída: com as estruturas, entre si, com a paisagem e com todo o cenário envolvente, deixando assim uma nova marca no espaço, seja ela uma (re)construção, um restauro, ou, no sentido mais frio da arqueologia, uma destruição daquilo que lá se encontrava.

Como a autora Inglesa Lesley McFadyen refere,

In treating building and architecture in landscapes but as elements of landscape engagement, my aim has been to demonstrate attending to architecture as practice might be a useful way to engage with concepts of architecture beyond the particular and unified architectural object that has been the focus of previous archaeological accounts. (McFADYEN, 2008: 313).

João Muralha remata afirmando que um dos fatores mais importantes no estudo da paisagem que rodeia um sítio é a sua fluidez de interconexões, de linhas que irão constituir uma unidade ao território das comunidades que o habitam.

Temos que “olhar” para todos estes lugares não numa aceção de “construção”, de “edificado”, mas sim numa vertente de lugares habitados, constantemente tecidos, em interacção constante com um mundo onde os seres vivos formam uma continuidade, constituem uma unidade com o território. Onde as comunidades modelam um território e ao mesmo tempo são modeladas por ele. (MURALHA,2010: 444)



Figura 14 Área de paisagem visível de Castanheiro do Vento para Nordeste. (MURALHA, 2010:342).

4. Reflexão sobre alguns conceitos de *Against the Space* de Tim Ingold

Para o estudo da Pré-História deverão ser usados alguns conceitos importantes, que servirão de base para toda a desconstrução necessária à aproximação possível de dados sobre o objeto de estudo. Nas palavras de Tim Ingold, será uma lógica de inversão. Um estudo histórico de conceitos chave para apreensão do mundo real, seja ele contemporâneo ou o denominado “pré-histórico”. Para tal, decidi analisar com algum cuidado o capítulo 12 de uma das suas mais recentes obras, *Being Alive*, denominado como *Against the Space*, título desde logo provocatório para os trabalhos realizados no âmbito dos espaços em arqueologia. Esse capítulo é dividido em três pontos essenciais que irei analisar separadamente: Lugar, Movimento e Conhecimento. À partida parecem não ter qualquer tipo de ligação, mas à medida que as explicações bastante curiosas de Tim Ingold vão avançando fazer todo o sentido, e na minha humilde opinião pessoal, farão todo o sentido para uma abordagem arqueológica reformulada e repensada a determinados problemas.

4.1 Lugar

Espaço é uma das definições mais desligadas da realidade, mais abstrata e mais vazia que podemos utilizar para descrever o mundo em que vivemos (INGOLD, 2011: 145).

Tim Ingold refere vários exemplos, nas mais variadas disciplinas, em que se utiliza a definição. Na biologia os seres vivos habitam em ambientes, não no espaço. Ao longo de toda a história do ser Humano, este recolhe os alimentos e tudo aquilo que necessita da terra e dos campos, não do espaço. Os viajantes deslocam-se por caminhos e colocam os seus pés no solo, não no espaço. Quando estamos em casa, estamos dentro de portas, quando estamos fora de casa estamos fora de portas, não no espaço; quando olhamos para cima vemos o céu não o espaço, em dias de vento sentimos o ar a passar, não o espaço. Espaço não significa nada, logo não poderá ser habitado por nós.

O autor questiona a maneira de como nós chegamos ao ponto de descrevermos o mundo que nos rodeia de um modo tão abstrato e através de um conceito rarefeito.

A resposta encontra-se no que Tim Ingold chama de lógica de inversão. A vida torna-se uma relação entre coisas de propriedades internas que ocupam o mundo, mas não o habitam no sentido literal da palavra. *In a nutshell, inversion turns the pathways along which life is lived into boundaries within which it is enclosed. Life according to this logic, is reduced to an internal property of things that occupy the world but do not, inhabit it* (INGOLD, 2011: 145).

O mundo de hoje é ocupado por coisas, ao invés de ser tecido por linhas das suas possibilidades de criação. A ideia de que a produção de conhecimento é substituída pela transmissão de cultura. Este peculiar conceito de ser é então modulado como uma característica marcante da modernidade, sendo que a definição de espaço é em parte responsável pela conceção dessa ideia.

Desenvolvendo esse conceito, os lugares são sempre delineados pelo movimento. Isto é, a vida é desenvolvida não dentro de locais, mas sim através, em redor, de e para posições específicas. Ingold refere mesmo que é através da deslocação a pé que o ser humano habita a terra. Não através de lugares fechados, através de barreiras, mas das ligações entre esses locais. Não experienciamos a vida em lugares, mas sim ao longo de caminhos. Ao percorrer esses caminhos os habitantes criam trilhos específicos e onde esses indivíduos se encontram criam “nós”, ou percursos entrelaçados, enquanto a vida de cada um se relaciona.

Essas linhas que se cruzam e formam nós representam a vida do dia-a-dia e quanto mais linhas e percursos existirem maior será a densidade desse nó, ou local.

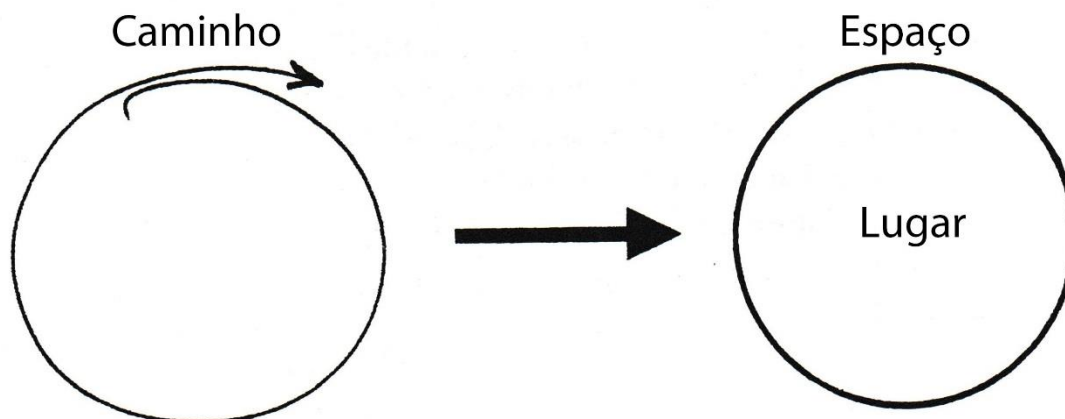


Figura 15 Esquema representativo das linhas de movimento que formam espaços e lugares. *In* INGOLD, 2011:148 (Adaptado).

Por exemplo, uma casa é um lugar onde as linhas dos seus residentes estão firmemente atadas. Exatamente como num nó, estas linhas estão unidas a outros pontos, ou seja, a outros lugares. Não só à própria casa, mas também a outros lugares que os indivíduos percorrem criando uma malha de grande densidade. Isto significa que os lugares não são delimitados pelos limites exteriores do movimento, mas pelo próprio ato de movimentar.

É referido um exemplo de uma tribo da Sibéria, Evenki, pastores de renas, em que as pessoas vivem em constantes deslocações. Quando eram questionados qual seriam as suas terras originais, ou aquilo que poderíamos definir como casa, estes respondiam, simplesmente, em toda a parte. Este “em toda a parte” não significa que não viviam em lugar algum. Não significa que viviam num espaço em vez de um lugar. Esta aceção é apenas uma ilusão criada pelos nossas convenções cartográficas pré-estabelecidas, que nos levam a visualizar mentalmente a superfície da terra dividida em várias áreas distintas, cada uma ocupada por uma nação ou grupo étnico. Se transformamos estes locais onde os Evenki habitam num mapa conceptualizado pela nossa cartografia, estes ocupam aparentemente uma área duas vezes maior que a da Europa.

Este povo não ocupava as suas terras mas sim habitavam-nas. Onde a ocupação é composta por uma área, o habitar é composto por linhas. Os indivíduos não atravessam os locais, mas sim percorriam-nos de local em local *Across Vs Along*.

É através desta malha de linhas e nós, caminhos e deslocações, que os indivíduos efetivamente vivem. Não são os lugares que condicionam a nossa perceção do cosmos mas sim o modo como nos movimentamos e os próprios movimentos que fazemos que criam a nossa perceção da vida e do real.

4.2 Movimento

Dando outro exemplo, o autor compara a definição de movimento dos, Inuit, com as dos navegadores da Royal Navy enquanto procuravam a passagem a noroeste para o oriente. Para os Inuit, assim que uma pessoa se move, torna-se uma linha. Sempre que um indivíduo vai à caça, ou parte para encontrar outro elemento da tribo, tenta sempre deixar uma linha pelo trilho que corre na extensão de todo o seu território, procurando sinais de outra linha de movimento que o levará ao seu objetivo.

Apesar de toda a paisagem do mundo ser compreendida como uma malha de linhas e caminhos ao invés de uma superfície contínua, os marinheiros britânicos, habituados à fluidez e à falta de marcas no oceano, movem-se em área. O navio era visto como um ponto móvel, num plano, sempre orientado por latitude e longitude, como se de um tabuleiro de xadrez se tratasse. Essa diferença entre movimentação linear e movimentação em termo de área é crucial para a compreensão da percepção do meio envolvente. Tim Ingold classifica a movimentação linear como jornadas; se a movimentação for efetuada numa perspectiva de área sobre uma superfície, será o transporte. Nos conceitos atuais enraizados na cultura ocidental, surge mais uma vez a lógica de inversão, que mistura, confunde e converte essas jornadas em transporte.

Nas ditas jornadas, o viajante é o próprio movimento e encontra-se continuamente em movimento. Durante este processo o indivíduo adquire um constante crescimento e desenvolvimento originando numa autorrenovação das suas percepções. Mas a maior diferença reside no facto do viajante necessitar de se autossustentar, tanto perceptualmente como materialmente, através de um compromisso e de uma interação com a terra que o rodeia ao longo do seu trajeto. Por vezes este necessita de descanso e poderá até voltar ao mesmo local para o fazer. Será possível então dizer que o viajante não tem qualquer destino final; à medida que a sua vida vai passando vão sempre existindo novos caminhos mais longínquos para onde se poderá deslocar. Usando uma citação de Roy Wagner,¹¹ por sua vez utilizada por Ingold: *the life of a person is the sum of his tracks, the total inscription of his movements, something that can be trace ou along the ground* (1986:21) (INGOLD, 2011: 151).

¹¹ Do livro *Symbols that Stand for Themselves* publicado em 1986.

Por contraste, o transporte é essencialmente uma atividade orientada para o seu destino desde o primeiro passo. Nada tem a ver com um desenvolvimento contínuo do viajante, mas sim uma deslocação de pessoas e bens com o objetivo de estas chegarem ao destino, exatamente iguais na natureza e forma do local onde partiram. No transporte o indivíduo que se desloca não tem necessariamente de se mover. Ao invés, é movido por outro qualquer meio mecânico, como se de um passageiro dentro do seu próprio corpo. Mesmo que, eventualmente sejam necessárias paragens, ou mesmo trocas de meio de deslocação, o indivíduo transportado, terá a mínima hipótese de visualizar e experienciar a superfície do local onde se encontra.

As superfícies da terra não estão fora do mundo mas sim dentro dele, tecidas das linhas de crescimento e movimento dos seus habitantes. O que eles formam, não é uma rede de conexões de ponto em ponto, mas sim uma malha emaranhada de nós e linhas extremamente complexadas. Cada linha será então, um modo de vida, e cada nó um local. *Every strand is a way of life, and every knot a place*[...] (INGOLD, 2011: 151).

É através de novas formas de comunicação e interação que essa rede, ou teia, adquiriu um novo significado. Para construir uma distância destas influências culturais, será importante perceber a distinção entre a rede que existe no transporte e malha que existe nas jornadas.

4.3 Conhecimento

Mais uma vez o autor de *Being Alive* utiliza um exemplo muito prático para dar a entender como e por quem é feito o conhecimento. O exemplo é o seguinte: um grupo de cientistas com o objetivo de investigar as mudanças ecológicas e hidrológicas no Ártico vai até ao Norte da Rússia para recolher amostras que serão importantes para o seu trabalho. Num mapa da região assinalam uma série de pontos em linha reta, com espaços de 1 cm, correspondendo a 50 km. Como a deslocação no terreno seria difícil e morosa, os cientistas arranjam um helicóptero para os transportar. Estas deslocações eram representadas de forma quase exata o desenho inicialmente efetuado no mapa. Enquanto, a preocupação central do piloto será arranjar o local ideal para aterrar o seu veículo, os cientistas só entram em ação depois de saírem do helicóptero. Isto é, os cientistas não vão ter linha integrada de estudo mas sim uma espécie de cadeia de conexões feitas em vários pontos diferentes. Por sua vez, estes dados adquiridos formam factos considerados únicos. E o seu significado reside, não na história da sua descoberta, mas na sua justaposição e comparação com factos semelhantes do mesmo tipo – ou cujas propriedades intrínsecas possam ser medidas pelo mesmo padrão. (INGOLD, 2011: 153).

Considerando agora o conhecimento do piloto que transporta os cientistas, este não provém de certos pontos previamente localizados. O seu conhecimento provém da experiência que tem em viajar naquela zona, da história dos seus voos anteriores, de descolagens e aterragens, de quaisquer incidentes que possam ter ocorrido. Por, outras palavras, o seu conhecimento é formado pelo movimento. Na passagem de lugar para lugar, na mudança de horizontes ao longo do seu trajeto. (INGOLD, 2011: 154).

As observações científicas que “geram” o conhecimento são, por elas próprias, “caminhadas”, desde as recolhas de dados até aos laboratórios, e dos laboratórios até aos livros em que são publicadas. Sempre vítimas das experiências que vão acontecendo ao longo desse trajeto. Em arqueologia, essa experiência é, talvez, ainda mais notória. O conhecimento é formado no campo, nas viagens até ao sítio de escavação, no simples caminhar naquele lugar. Não existe um quadro unificado em que todos os tipos de observações, dos mais variados contextos, possam ser acomodados. *Knowledge is integrated not through fitting local particular into global abstractions, but in the movement from place to place, in wayfaring* (INGOLD, 2011: 154).

Aqui Ingold, explicita muito bem esta ideia, de que o conhecimento provém do movimento, das experiências que cada um ganha em cada lugar e da deslocação entre os vários sítios que em primeira mão, causam as questões científicas.

Estes lugares são vulgarmente interpretados como “recipientes” para pessoas, ou melhor, para as suas mentes, para que essas pessoas passem a ser vistas como os “recipientes” dos elementos da tradição, que são passados pelos seus antepassados. Convencionalmente, este conhecimento é designado por cultura. É também habitual criar a dicotomia entre cultura e ciência. *Thus cultures appear to be in place, science in space. The same logical operation that bifurcates room into place and space also bifurcates knowledge into culture and science.* (INGOLD, 2011:155). Mais uma vez surge aqui a lógica de inversão, tentando dar a entender que a forma de conhecimento local, organizado através de uma importação de informação feita pela experiência que estes vão tendo ao longo das suas vidas, e não como a visão mais ortodoxa da ciência em que o conhecimento deve ser exportado através de sistemas de conceitos, esquemas e categorias para ordenar a informação recolhida pelas suas informações. Para Ingold, este conhecimento “cultural” experienciado pelas pessoas é recolhido, não através de classificações, mas através de histórias do movimento entre lugares, de caminhadas – *wayfaring*.

Rather than treating science and culture as equal and opposite, ranged on either side of an arbitrary division between space and place, and between reason and tradition, a better way forward – I suggest – would be to acknowledge, as much as the knowledge of inhabitants, is generated within practices of wayfaring. (INGOLD, 2011: 155).

5. Consideração teórica sobre o processo interpretativo da ciência arqueológica

Nos fundamentos da arqueologia, e até mesmo nos estudos de antiquários do século XVII, a tendência para interpretar a realidade baseava-se no alcance de metodologias rigorosas, que funcionariam para a compreensão (criação) de diversos padrões que assentavam no mundo real.

A influência do pensamento pós-Cartesiano é absolutamente clara quando pensamos na arqueologia histórico-cultural e na criação de diversas tipologias de objetos, na elaboração de esquemas cronológicos e sequencias regionais evolutivas. Esta forma de produção de conhecimento era considerada uma prática científica pois permitia que os resultados obtidos através destas e outras metodologias fossem testados. Qualquer arqueólogo poderia questionar os resultados anteriores e tentar comprovar baseado nas suas sequências de raciocínio lógicas. O problema reside no fato destas aceções terem sempre lugar num horizonte concetual particular, baseados numa série de assunções e preconceitos, relativos às relações de formas da cultura material e da identidade humana.

Hoje é possível perceber que os métodos histórico-culturais de interpretação e de criação de registos estão imbuídos na filosofia das ciências modernas, mas também podemos entender que estes arqueólogos vissem as suas conceções e raciocínios como senso comum. Existia uma falta de reflexão teórica. A Arqueologia por si só, não era muito mais que um método e o arqueólogo era apenas um técnico ao serviço de ciências como a Antropologia e a História. A epistemologia cartesiana da Arqueologia revela-se como uma ciência que apenas extrai e ordena informação recolhida, que será depois passada para outros campos para ser dada uma interpretação e um significado. A informação é produzida pela utilização de métodos rigorosos, representando unidades de informação independentes e autónomas e recebem um significado através da interpretação que acontece no fim deste processo.

Seguindo a ideia de que a metodologia tem uma necessidade de obter a perfeição, uma vez que nunca consegue alcançar uma objetividade e uma verdade absoluta, surge um fenómeno, pós-segunda grande guerra, que irá influenciar toda a Arqueologia, em especial a praticada nos Estados Unidos. Neste campo, destaca-se Lewis Binford, que

defende que a “Nova Arqueologia” não apresenta apenas novas ideias, mas também uma nova posição epistemológica dentro da disciplina.

Seguindo o caminho do positivismo lógico, os “novos arqueólogos” separaram a descoberta científica da sua avaliação, cabendo aos especialistas de cada área testar as suas ideias nas novas descobertas. Isto significa novas metodologias para a arqueologia, provenientes de uma abordagem hipotético-dedutiva. Na arqueologia histórico-cultural, os procedimentos metodológicos não eram tão rigorosos, e os estudiosos, simplesmente mapeavam as suas observações através do registo arqueológico para fazerem uma série de suposições sobre como o ser humano vivia no passado.

Mas para atingir uma verdade objetiva seria necessária a construção de uma metodologia de trabalho séria e rigorosa. Esse método deveria excluir a subjetividade da pessoa que está a interpretar os dados recolhidos, apesar de existir a noção de que seria através da ingenuidade humana que a verdadeira objetividade seria conseguida. Para estes Arqueólogos o passado era uma variável testável, mas efetivamente o que estava a ser testado e avaliado era o registo do passado feito por esses cientistas da nova arqueologia.

Segundo Binford *We cannot make history out of dead things that we find in the archaeological record: we must give them meaning before they can be turned into concepts and arguments* (BINFORD, 1983:411). Para responder às vozes mais críticas à implementação do novo paradigma, Binford desenvolveu a *Middle Range Theory*. O ato de dar significado às “coisas” é feito através dessa *Teoria de Alcance Médio*. Esta teoria é concebida como um corpo teórico, que se encontra totalmente separado das nossas ideias, sobre aquilo que aconteceu no passado, e foca exclusivamente a relação entre as dinâmicas do passado e as condições estáticas com que o arqueólogo se depara. *Middle Range Theory concerns itself with the ways in which the material world is organized and structured, and has to be meticulously assembled using the procedures of experimental science* (BINFORD, 1983: 415).

Segundo Boaventura Sousa Santos, *O conhecimento é sempre falível, a verdade é sempre aproximada e provisória*. (SANTOS, 1989: 81). Este brilhante autor, continua refletindo o papel que a “verdade” tem em todos os campos na criação de um método e a importância da relatividade desta, enquanto assimilada dentro de um paradigma.

A verdade, só pode ser definida por referência aos critérios internos de uma dada teoria, sistema ou paradigma e, nesse caso, não é possível adjudicar (comparar em termos de conteúdo de verdade) entre proposições que decorrem de paradigmas, sistemas, ou teorias diferentes (SANTOS, 1989: 82).

Para o arqueólogo norte-americano, a principal preocupação da arqueologia deveria ser a percepção e compreensão dos padrões existentes no registo arqueológico. Contudo, a crença de que os processos dinâmicos que podem ser observados hoje são idênticos nos seus resultados aos que aconteceram ao longo de toda a história do Homem, torna-se quase metafísica para o esquema interpretativo de Lewis Binford.

Archaeologists could now consider the material record of "economic," "religious," and "social" behavior, and they could then proceed to analyze the interrelationship which had once operated between different subsystems. (BARRET, 2001: 146).

Estes diferentes subsistemas poderiam ser analisados de forma independente, sem contexto, criando assim um fosso nos diferentes aspetos que conjugam as sociedades causando dificuldades na interpretação.

Em jeito de resposta Julian Thomas, comenta os estudos de Binford como estando reduzidos e isolados dos contextos, das relações sociais, das paisagens e de inúmeros fatores que devem ser sempre levados em conta no aspeto interpretativo e na criação dos registos. *The notion of constructing a middle range 'science of the archaeological record' is distinctively modern in that it presumes that human actions can be reduced to context-free events* (THOMAS, 2004: 73).

Níveis Teóricos

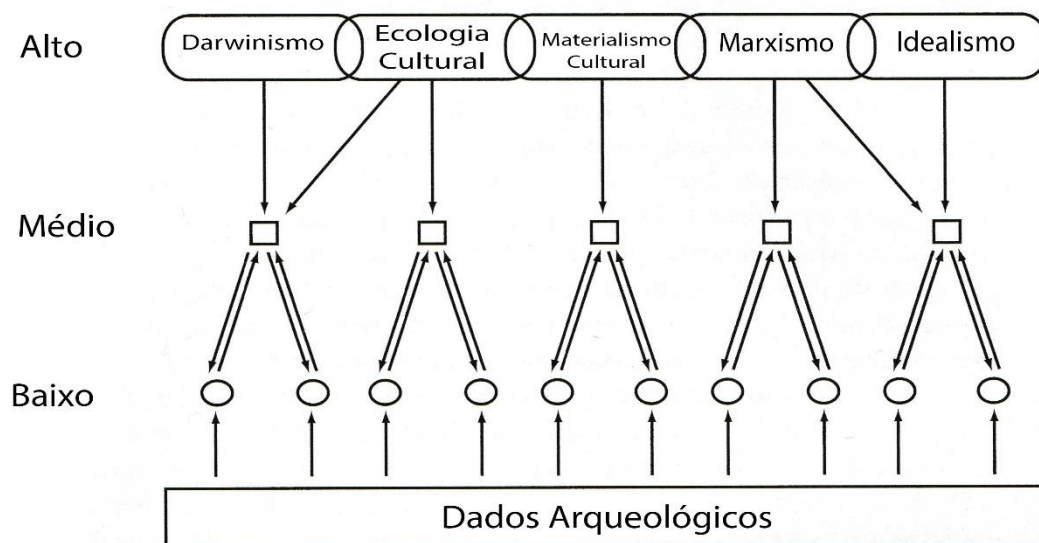


Figura 16 Relações entre os dados arqueológicos e os níveis teóricos. (TRIGGER, 2006:31) (Adaptado).

A influência da epistemologia moderna no campo da arqueologia tornou-se mais implícita e, assim sendo, demonstrando a prevalência destas ideias na sociedade contemporânea. Normalmente os próprios manuais de escavação tratam os trabalhos no terreno de forma convencional, através de uma série de habilidades abstratas que poderão ser sempre aplicadas, independentemente dos objetivos ou da época em estudo. *Not only are methods devised in abstraction, but their application in the field is presented as a means of acquiring evidence which is void of any historical meaning.* (THOMAS, 2004: 76). Isto implica que a recolha de dados pode ser seguida, por si só, como um fim, deixando as hipóteses interpretativas a uma distância “segura” no processo linear do estudo de um sítio arqueológico.

Desde que um registo completo daquilo que foi escavado tenha sido feito, qualquer arqueólogo com o mínimo de prática conseguirá interpretar e criar novos resultados. Infelizmente estas metodologias não se processam (ou não se deveriam processar) de tal maneira. O modo como nós, arqueólogos, nos ligamos às materialidades aos dados arqueológicos, irá ter consequências diretas no modo como estas se irão “revelando” perante nós, ou seja, a nossa experiência pessoal e todo o conhecimento adquirido até então fará parte da nossa interpretação e da metodologia que utilizamos enquanto estamos a estudar um determinado sítio. O modo como vemos e apreendemos

todas as evidências do passado é então, uma variante com grande componente subjetiva, e embora não possamos evitar essa subjetividade, é igualmente importante tê-la em conta ao longo de todo o processo de estudo.

A mente pode criar metodologias racionais na sua abstração e depois impôr essas metodologias ao cosmos da investigação. Julian Thomas responde a esta questão refletindo que esta forma de registo e interpretação não é satisfatória, uma vez que coloca o passado e as suas evidências materiais num campo diametralmente oposto ao da sua origem, o da ideia humana.

I would suggest that this approach is deeply unsatisfactory for it seeks to understand the archaeological evidence as if it were something separate from humanity and social relations, in both the past and the present. (THOMAS, 2004: 76).

Os vestígios arqueológicos não existem puramente num estado material, à espera que um significado lhes seja aplicado. Este é revelado na sua pluralidade de sentidos. Os métodos de abstração racional tentam fornecer uma série de informações objetivas para podermos trabalhar num campo de verdade e objetividade como a ciência assim o exige. No entanto, basta executar uma metodologia predeterminada para retirar a responsabilidade de fazer julgamentos éticos ou políticos, sendo provável que a ordem de pensamentos pré-estabelecida se mantenha ao invés de criar novas “re-descrições” ou “re-interpretações”.

Hoje, a distinção absoluta entre sujeito e objeto tornou-se num limite sobre aquilo que podemos saber sobre o mundo. Assim como a separação entre meios naturais e os chamados culturais ou manipulados pelo homem.

Um mundo natural, exterior e independente do "homem", é um mito – sempre houve coexistência dos dois, a consciência do mundo e o mundo representado pela consciência humana. (JORGE V. O., 2003:845).

É, seguramente, preferível aceitar que tanto os artefactos que estudamos como as ideias que trabalhamos são completamente intrínsecas a contextos de ação muito complexos.

By attempting to understand the many contexts in which our efforts to understand the past are embedded, and in seeking continually to shift the perspective from which we frame our arguments, we stand a better chance of opening up a more interesting sphere in which to operate. (THOMAS, 2004: 77).

Em suma, para poder chegar realmente às pessoas e à sociedade em questão, qualquer ciência tem de atingir um nível de discurso coerente. Essa coerência pode ter uma face negativa impedindo e ameaçando a diversidade de ideias e pensamentos, dificultando a crítica e as mudanças de paradigma. Muitas das vezes esse choque de ideias serve de desenvolvimento à disciplina e é necessário para a criação de uma auto consciencialização. A questão da interpretação do registo dos testemunhos arqueológicos é, no meu ponto de vista, essencial para esta problemática.

A Arqueologia necessita de novos pontos de vista e abordagens que possam alterar o modo como as pessoas a veem. Será essencial uma discussão pertinente dos objetivos e metodologias numa época em que a cultura sem lucro aparente é quase considerada “parasita”.

Ao concluir este capítulo, deverá ter-se em conta que a nossa própria experiência será um fator determinante na interpretação de todo e qualquer registo arqueológico. Ainda que de forma inconsciente somos “obrigados” a materializar ideias através da linguagem, que por sua vez já está “contaminada” pelas nossas experiências passadas. Como foi referido ao longo deste capítulo, a forma como percebemos o mundo é muito subjetiva e individual. Utilizando as palavras de Tim Ingold:

We recognize that the mind and its properties are not given in advance of the individual's entry into the social world, but are rather fashioned through a lifelong history of involvement in relationships with others. (INGOLD, 2000: 171).

5.1 A metáfora do registo e o seu papel na criação do saber

Os arqueólogos chegam a uma compreensão do passado através de uma metáfora representativa conhecida como “registo arqueológico”. Por outras palavras, os vestígios arqueológicos materiais são tratados como representações de certos aspetos do passado. Esta perceção dos vestígios como um registo levou o pensamento arqueológico a seguir caminhos muito próprios. Comparativamente ao trabalho de um antropólogo, o registo feito por um arqueólogo carece dos encontros na primeira pessoa, com os indivíduos que habitam o mundo material que seria o objeto de estudo. Os vestígios materiais serão menores e muito mais pobres e descontextualizados, mas o que este registo perde em detalhe contextual ganha em caracterização geográfica e aprofundamento histórico.

This apparent difference in the empirical realities studied by archaeology compared with other branches of the social sciences such as anthropology also seems to question the extent to which archaeology and the social sciences can share common conceptual and theoretical categories. (BARRET, 2001: 143).

Hoje também já observamos a preocupação em transpor elementos não materiais para esse registo. Apesar da paisagem poder ser considerada um elemento físico será também um elemento social. O valor das famosas gravuras do Côa reside, em grande parte, no seu contexto de enquadramento face aos elementos que as rodeiam. No seu registo terá de se impor esta condição interpretativa.

Ao estudar um registo arqueológico procuramos sempre obter regularidades e padrões dentro do comportamento humano. Exploramos a hipótese da ação humana se ter fossilizado num certo aspeto material. Ao observar desta forma, todo e qualquer registo será um objeto de estudo inequívoco, isto é, simples e objetivo, uma vez que a caracterização e a compreensão de comportamentos normativos é clara. Hoje em dia, esta metodologia deverá ser suplantada, como já foi em muitas outras ciências sociais. O pensamento atual, requer formas de agir diferentes e para compreender e dar a compreender um contexto devemos utilizar todo o tipo de ferramentas que poderemos ter ao dispor, contornando as dificuldades de leitura do passado.

Em primeiro lugar iremos pôr em questão o registo de quê? A resposta, se bem assimilada, seria uma síntese de toda a Arqueologia. Tentemos então explicar esse registo, tão falado na nossa ciência. Esse “quê” será aquilo que causou a formação do registo prévio, toda a cultura material que se encontra num determinado sítio, todos os processos de formação de sedimentos, todas as perturbações naturais ou culturais, etc.

Ao perceber a formação desse registo material iremos perceber todas as operações que levaram determinado sítio a ter esta ou aquela particularidade ou até mesmo a sua morfologia. O caso ideal seria responder a todos esses pontos essenciais, uma espécie de “premissa de Pompeia”. Infelizmente isso não acontece na maioria dos casos. O registo é tratado como a criação de uma série de padrões, cada um dos quais com uma caracterização muito própria de formas e associações entre si. Esta visão sobre o registo em Arqueologia funciona como um mecanismo incapaz de separar os objetos das ideias que os criaram. Significa que a totalidade das relações de pessoas no passado pode ser concebida através de uma série de padrões que existiam, independentemente se seriam utilizados ou não, ou seja, aquilo que podemos denominar como “gavetas mentais”.

O registo só funciona porque aquilo que é descrito metodologicamente, é organizado pelas nossas definições pré-concebidas, e o conhecimento que temos sobre ele é transmitido pela nossa linguagem e representação.

Tal contexto nunca estará completamente entendido, porque entretanto a sua observação não é repetível: tanto ele (observado) como o observador se situam no tempo, mudando em ritmos diversos todas as circunstâncias da coexistência de ambos. (JORGE V. O., 2003: 846).

O mundo, seja ele o contemporâneo ou do passado mais distante, não aparece no nosso discurso de forma inata, aparece sob as várias formas através das quais podemos falar sobre ele. Deste modo, o discurso é constituído através das nossas práticas discursivas, processo que faz com que um objeto de estudo esteja fora das nossas formas de observar o mundo. (BARRET, 2001:147). Isto não significa que um mundo que se encontra para além de nós não exista, mas sim um mundo que nós tentamos a todo o custo conhecer e apreender as suas particularidades. A linguagem também cria uma estruturação da relação entre nós, os observadores, e os nossos objetos de estudo. As nossas práticas definem as categorias com que iremos experienciar o mundo conferindo valores em consequência das nossas metodologias de estudo. *In short, study involves not the revelation of the world as it is, but rather the building of an understanding which is achieved from a particular perspective.* (BARRET, 2001: 147).

A tradução histórica de valores, de produtos simbólicos ou materiais do campo da prática para outros níveis conceptuais origina dúvidas complexas. Por exemplo, um túmulo onde possam ter acontecido rituais sobre o morto e ao mesmo tempo, venerações ancestrais, essa tradução é conseguida, em parte, pela partilha de um sistema arquitetural comum, de referência, em que o túmulo carrega recursos simbólicos do campo dos mortos para o campo das venerações aos antepassados. Assim, as materialidades não poderão ser meramente reduzidas a um registo arqueológico das práticas de um determinado grupo de pessoas. A arqueologia terá de examinar não os traços materiais, mas sim as ideias e perceções dos indivíduos que lá habitavam através das condições materiais.

As condições materiais devem ser concebidas como um elemento das propriedades estruturais de um sistema social. Estes vestígios materiais, não podem simplesmente ser utilizados para representar um conjunto de relações de pessoas nem para representar os conhecimentos mobilizados por diferentes grupos de indivíduos nas suas ações. No registo arqueológico as condições materiais aparecem muitas vezes alienadas do processo em que elas próprias foram um componente ativo na construção do conjunto. O conhecimento reside na corporalização das práticas e dos hábitos, nos quais os indivíduos descobrem um local para estarem dentro do seu cosmos. Ao movimentarem-se dentro desse seu mundo vão-se criando a si próprios e às relações que irão constituir as condições sociais através dessas práticas. Numa prática globalizante que poderá ser encaminhada pela arqueologia da paisagem

O conceito de registo arqueológico, como o conhecemos, estará então já desatualizado, funcionando como uma metáfora para aquilo que o arqueólogo vê e traduz em linguagem. Em vez de investirmos o nosso tempo a catalogar os vestígios materiais na esperança de que o catálogo crescente de peças vá um dia representar algo que todos nós iremos reconhecer como “o passado”, a Arqueologia precisa de investigar a atividade humana e confrontar-se com as vidas dos indivíduos e das suas comunidades e os locais em que estes habitavam.

Beyond the accepted procedures of stratigraphic excavation no standard methodology can therefore be offered to realize this new archaeological program, and in its place we must develop ways of thinking and working to guide our historical inquiries. (BARRET, 2001: 157).

5.2 Conhecimento / Movimento

Inspirado pelo trabalho de Ingold, e seguindo a ideia da criação de conhecimento no movimento, escrevi uma pequena cogitação, quase em forma de devaneio, sobre aquilo que está ao alcance de cada um de nós, no dia-a-dia, para encontrarmos um “novo mundo”, uma prova inata do simples facto de estarmos vivos e em circulação constante. Uma procura de linhas e sentidos que poderá transformar ,ou pelo menos, dar a observar uma perspetiva diferente de ações simples da esfera quotidiana.

No percurso habitual que todos nós fazemos, seja ele de transportes públicos, a pé, ou por veículo próprio, deslocamo-nos sempre com o objetivo de chegar o mais rápido possível. O nosso trajeto é definido por um conjunto diverso de influências de todo o tipo. Embora o objetivo principal seja um caminho célere, pensamos em variantes como por exemplo: os recursos que necessitamos e que temos disponíveis, os custos e a nossa capacidade física. Depois dessas escolhas e reflexões estarem concluídas o caminho torna-se em mais uma ferramenta, no qual somos alienados de quase tudo o que nos rodeia. Será interessante fazer o percurso “de sempre” mas desviar o nosso olhar para fora daquilo que costumamos ver, utilizando mais adequadamente o termo inglês *gaze*. Abrir os sentidos e estar mais recetivo a sinais exteriores. Ao andar a pé o exercício torna-se mais simples, olhar por exemplo para a fachada dos edifícios, para os telhados, observar pormenores do chão que pisamos diariamente e até mesmo sons e cheiros típicos de um qualquer local, para não enfatizar em demasia o sentido da visão. Iremos descobrir uma série de coisas absolutamente novas. Por mais tempo que conheçamos esses trajetos pré definidos irão se tornar de novo, novos aos nossos olhos. Essa novidade irá provocar uma nova perspetiva desse caminho, provocar uma curiosidade para, na próxima viagem, estar de novo atento e de sentidos abertos para tudo o que nos rodeia.

Proponho também um outro exercício. O de abandonar os trajetos mais comuns e escolher outros que eliminamos à partida por serem mais morosos, ou por despenderem mais recursos, económicos ou mesmo físicos (evitar uma rua a subir, por exemplo).

De novo com uma maior aptidão para os sentidos, sem prezar nenhum deles, mas sim olhar, ouvir, cheirar, sentir e respirar os locais de uma outra forma que não a de mero trajeto pré-definido que nos leva do *ponto a* ao *ponto b*. Iremos então criar novas percepções do ambiente em que estamos inseridos e do qual fazemos parte. Novas associações lógicas e novos mapas mentais. Essa experiência poderá ser equiparada com o sair do *ponto a* e percorrer uma série de trajetos conhecidos ou não, mas sem um objetivo definido à partida. Percorrer vários locais pelo simples facto da experiência. Observar e compreender de uma outra forma algumas características do nosso cosmos.

Isto com um objetivo mais ou menos fluído de criação de conhecimento através do movimento. Ou melhor, da importância do movimento, na criação de conhecimento.

Como Tim Ingold nos refere, o conhecimento pode ser criado através dessa deslocação no ambiente através do movimento (INGOLD, 2011)

Na prática científica os materiais de investigação recolhidos no campo são reencaminhados para o laboratório, num processo idêntico ao da recolha desses mesmos materiais. Concretamente o que existe é o movimento, desvirtuando da ação científica comum, ao mesmo tempo que se tentam incluir os dados em tabelas comparativas com outros locais criando bases para uma intersubjetividade que funcionará como a “verdade relativa” num determinado contexto espaço-temporal. Assim o que se pretende é afirmar que uma parte considerável do conhecimento irá ser criada pelo movimento. A tentativa da ciência em estabelecer comensurabilidade e conectividade que irá permitir desenvolver procedimentos e obter resultados num local aplicáveis em vários outros, mostra por si só, a pouca importância dada ao papel do movimento e das “histórias” desses movimentos.

Voltando à nossa disciplina, esta prende-se incomensuravelmente em imagens fixas em série, as fotografias que acompanham todos os relatórios, com estruturas bem delineadas, as tabelas dos sacos de materiais “devidamente” etiquetados e identificados. “apresentamos” sempre “a nossa construção” mental de um determinado sítio. E nunca (ou raramente) os processos interpretativos que levam a essa tal construção imaginativa do passado (a sujidade, o ruído do ambiente de escavação, as contradições, as discussões em campo, etc.)

Podemos recordar os registos arqueológicos de Afonso do Paço, onde as fotografias colocam sempre elementos essenciais do processo interpretativo, para além do próprio arqueólogo, assim como todos os membros do trabalho que se realiza e nas mesmas imagens surgem os achados como estruturas ou outros elementos de potencial interesse.

Hoje a arqueologia encontra-se pautada por uma série de convenções e regras para o processo de criação de conhecimento. Os dados brutos (se é que eles existem) que se recolhem em campo são separados do próprio arqueólogo. “ *A sua ausência é criada numa contexto de divisão entre sujeito objecto, em que o sujeito adquire uma posição de domínio em relação ao objecto* (VALE, 2011: 109). Objetos que se tomam como *contentores de realidade, de vidas passadas* (VALE, 2011: 109). Essa posição perante as materialidades faz com que todos os resultados sejam interpretados como se de um mundo inerte e sem movimento, estivessemos a falar. Os resultados daí provenientes são expressos em imagens estáticas (fotos, desenhos, representações computadorizadas, etc.) o que faz com que percam o sentido prático para que foram criados, independentes de movimento (movimento=conhecimento segundo Ingold).

A ilustração de ideias abstratas é uma das tarefas mais complicadas que o arqueólogo tem de cumprir. Com os desenhos e fotografias dos locais em estudo, tenta-se salientar certos aspetos e ideias que vão surgindo durante todo o trabalho. Todas estas imagens terão de ser sempre acompanhadas por um texto ou “textura interpretativa”. Inúmeras falacias podem ocorrer nesses textos coadjuvados aos processos de criação de conhecimento. Por exemplo, o género e a sexualidade. A mulher será associada a atividades domésticas, enquanto que o homem será relacionado com atividades bélicas ou de subsistência.

Uma narrativa assente em (pre)conceitos projetados num passado visto através de uma ou várias imagens fixas definindo longas diacronias, pode levar a uma interpretação desadequada e facilmente questionável. A forma como um cientista recolhe determinados dados irá ser uma de várias formas de posterior análise e reflexão. Em Arqueologia existe talvez uma crença demasiado empírica na demonstração e explicação de resultados recolhidos em qualquer tipo de trabalho.

Se há uma ruptura qualitativa entre os objectos teóricos e os objectos empíricos, não é possível «comparar» o conhecimento teórico com uma realidade não conceptualizada e, nesse caso, pode legitimamente questionar-se a ideia de um controlo externo da veracidade da teoria. (SANTOS, 1989:81)

6. Reflexões finais

Penso que estudos deste tipo, englobando uma vertente antropológica de questões pertinentes, e desconstruções de ideias fabricadas ou pré-concebidas, antes mesmo do surgimento da Arqueologia, serão sempre uma mais-valia e um acrescento ao campo teórico vigente. Não quero com isto dizer que esta será a solução definitiva, ou que estas propostas interpretativas serão as mais “corretas” e definitivas. Aliás, estas ideias são elementos que provocam a interrogação, mais que propriamente a formulação de respostas, ou em ponto algum procuram alcançar uma verdade. Penso que será mais uma tentativa de identificar alguns obstáculos que impedem uma visão clara da percepção do universo. Seja o nosso cosmos contemporâneo, numa sociedade mercantilista, por si só classificatória, seja o objeto de estudo dos arqueólogos com uma série de [...] *questões, como a dificuldade de “construir passado” com base em testemunhos excepcionais ou então extraordinariamente truncados, ou a impossibilidade (inutilidade?) de questionar certas temáticas do passado no quadro dum corpo teórico fundamentalmente arqueológico* (JORGE S. O., 2003b: 20).

De uma forma geral, o conhecimento num contexto de Pós-Modernidade terá de ser representado utilizando uma série de aspas pela sua infinidade de conceitos alterados. Em consequência, o passado não poderá ser “recomposto”, mas sim “reapresentado”. Contrariamente ao que Kant afirmava, hoje aquilo a que este autor chamou de *atributos inatos de sensibilidade*, considerados os atributos mais puros do Homem, já estão “contaminados” de experiências intersubjetivas da vivência no mundo, da sua experiência do universo que o rodeia¹². Por sua vez, todo o pensamento é articulado no seio da linguagem, logo uma separação entre pensamento e linguagem será impossível. A linguagem natural cria uma série de pressupostos e expectativas que torna o conhecimento científico uma “emulação” da realidade. Como todos nós sabemos, as línguas não são estáticas e como acontece no presente ano, ao mesmo tempo que a linguagem se altera também o próprio conhecimento irá sofrer algumas alterações: o sentido dado a determinados conceitos é passível de ser alterado. Tal como Tim Ingold refere, *By way of inversion, beings originally open to the world are closed in upon themselves, sealed by*

¹² Baseado em apontamentos da aula dada pelo Professora Stella Azevedo a 13 de Dezembro de 2011

an outer boundary or shell that protects their inner constitutions from the traffic of interactions with their surroundings. (INGOLD, 2011:68). Esta é a lógica de inversão que o autor tenta reverter. Partir do ponto em que estamos e proceder ao contrário em direção ao sentido mais natural das coisas, chegando mesmo a recuperar a abertura ao mundo que, por exemplo, os chamados animistas encontram no sentido da vida.

Este conjunto de ideias, mais ou menos adequado pretende dar uma nova “vida” à arqueologia e uma integração adequada aos paradigmas pós-modernos já à muito implementados nas correntes de pensamento contemporâneas.

Outro autor importantíssimo para a adaptação da arqueologia ao universo pós-moderno, é Julian Thomas. No seu livro *Archaeology and Modernity* procura desconstruir as correntes de pensamento que levaram a Arqueologia a tornar-se uma disciplina “criadora” de um passado que serve interesses e fins particulares, ao mesmo tempo que aspira à criação de um conhecimento factual que poderá ser um esboço para a fundamentação de projetos contemporâneos e de legitimação de identidades. Como parte da estrutura do pensamento moderno em que se encontra inserida, a arqueologia procura uma clareza, objetividade e uma redução dos seus conceitos a termos quase matemáticos.

Archaeological practice is always conducted by finite mortal beings whose experience of traces of the past is always contingent. Their interpretations of those traces will arise from different sets of preunderstandings and may thus be irresolvable. (THOMAS, 2004: 248).

Durante todo este percurso, será possível concluir que a arqueologia necessita de ser uma disciplina de pensamento livre. Necessitando para isso de uma reflexividade interior e o mais eclética possível. Criando uma desconstrução de abordagens que se baseiam em dogmas e verdades relativas, ao mesmo tempo que se conforma com as perguntas de sempre efetuadas à já bastante discutida cultura material. Será também importante que todo o conhecimento criado dentro da arqueologia se liberte da tirania imposta aquando da utilização de um só paradigma teórico ou descrença em outros. Infelizmente existe uma continuada corrente que defende a “morte” da teoria arqueológica.

Esta ideia vem da doutrina literária, em que o tema tem vindo a ser aplicado à aparente mudança recente das posições pós-estruturalistas e desconstrucionistas que na literatura arqueológica tende a ser confinada a outras posições teóricas dentro do grande fosso do “Pós-Moderno”.

Apesar de tudo a arqueologia parece embeber em vários movimentos culturais e discursos teóricos como é referido por *Mark Pluciennik* na obra com o pretensioso título de *Death of Archaeological Theory. Although archaeology as a discipline has of course been influenced by and taken part in broader cultural movements and theoretical discourses, unlike literary studies, say, it is also strongly constrained by other concerns, namely those related to the empirical and to science.* (PLUCIENNIK, in BINTLIFF, 2011: 31).

Será talvez um exagero referir a arqueologia teórica como “morta”, mas a verdade é que a pluralidade metodológica e discursiva, ao invés de permitir um aumento do espectro da disciplina acaba, por fecha-la ainda mais com incompatibilidades mútuas. Estas irão causar ainda mais fragmentações num universo que por si só já é bastante dividido, acabando com o espaço para as discussões teóricas e seus entendimentos. Por outro lado, podemos celebrar essa desorganização como uma oportunidade para um renascimento, o alcance da teoria não é hoje o que foi há dez ou vinte anos atrás. Pensar “sobre” a paisagem é também pensar “na” paisagem, e ter sempre em conta que a nossa própria situação física contribuirá para a grande maioria dos argumentos de conceptualização.

Pensar sobre a paisagem, implícita ou explicitamente, envolve sempre a cosmologia em toda as suas especificidades, desde as materialidades às características mais simbólicas ou subjetivas. Requer também o nosso reconhecimento sobre a importância da movimentação do corpo humano e da forma como este percebe o meio que o rodeia. Desta forma significa que não existe uma distinção entre o mundo físico como é, e como este é percebido. Para além da subjetividade existem outros pontos nos quais a percepção pode ser compreendida. A forma como as pessoas dividem o mundo em territórios, zonas, espaços culturalmente delimitados apropriados para certos comportamentos, ou comunidades. Ao longo da história isto tem sido feito de várias formas, a maioria delas compreendem a paisagem abstrata como uma propriedade que poderá ser negociada, contestada, comprada e vendida.

Na minha opinião mais pessoal penso que este é um tema imensamente sensível e possivelmente sem possibilidade de uma nova “saída” para a arqueologia, uma mudança radical é um feito utópico e hercúleo. Tendo consciência disso, e agora mais que nunca, conhecendo a realidade a que a nossa disciplina hoje se submete no mercado de trabalho e nas perspectivas de um público exterior, penso estar a acrescentar algo e a tentar reformular uma das vertentes débeis, mas essenciais no caminho para essa mudança. Seguindo uma nova linha na criação de conhecimento e na criação de novos discursos, e percebendo que é através de narrativas criadas por nós, cientistas do passado, que, o modo como a opinião pública vê a profissão poderá transmutar. Por muito insignificante que seja o nosso papel será importante continuar a estudar e a descobrir novos caminhos para a valorização de uma das maiores riquezas que o Homem pode ter, a consciência do seu Passado e das potencialidades da sua “construção contínua”.

*Num mundo sem heróis, declarar
a fraqueza não é sinal de fraqueza.*
(SANTOS, 1989: 84)

7. Bibliografia

- ASTON M., ROWLEY T., (1974), *Landscape Archaeology: An Introduction to fieldwork techniques on Post-Roman Landscapes*. Newton Abbot: David and Charls.
- BARRET, J. C. (2001), “Agency, the Duality of Structure, and the Problem of the Archaeological Record” HODDER, Ian eds, *Archaeological Theory Today* , Malden: Blackwell Publishers Ltd.
- BENDER, B., HAMILTON, S., TILLEY, C. (1997), “Leskernick: stone worlds; alternative narratives; nested landscapes”, *Proceedings of the Prehistoric Society*, vol 63, pp 147-178.
- BINFORD, L.R. (1983), “Middle-range research and the role of actualistic studies.” In: BINFORD, L. eds *Working at Archaeology* , 411–22. Nova Iorque: Academic.
- BINTLIFF, J., PEARCE, M., (2011), *The Death of Archaeological Theory?*, Oxford, Oxbow Books.
- BRADFORD, J. (1957), *Ancient Landscapes: Studies in Field Archaeology*. Londres: Bell and Sons, Ltd.
- BRUCK, J. (2005), “Experiencing the past? The Development of a of a phenomenological archaeology in British prehistory.” *Archaeological Dialogues* 14 (1) pp 45-72.
- CAROLINO, J., PINTO-CORREIA, T. (2011), “Paisagem material, paisagem simbólica e identidade no concelho de Castelo de Vide” *Análise Social*, Vol. XLVI, 1º Trimestre, Nº 198, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp 89-114.
- CRIADO, F., PARCERO, C., (1997), *Landscape, Archaeology, Heritage*, Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.
- DARVIL, T., (2008), “Pathways to a Panoramic Past: A Brief History of Landscape Archaeology in Europe” In: DAVID, B., D and THOMAS, J, (eds.) *Handbook of Landscape Archaeology*.. Left Coast Press: Walnut Creek, California, pp 60-76.

- DAVID, B.; THOMAS, J.(2008) “Landscape Archaeology:introduction” In: DAVID, B. and THOMAS, J, (eds.) *Handbook of Landscape Archaeology*.(27 - 43). Left Coast Press: Walnut Creek, California.
- FLEMING, A. (2006), “Post-processual Landscape Archaeology: a Critique” *Cambridge Archaeological Journal* 16:3, 267-280.
- HAMILTON, S and NAHOE, S and TORRES, HF and RICHARDS, C (2008), “Quarried away. Thinking about Landscapes of Megalithic Construction on Rapa Nui (Easter Island)”. In: DAVID, B. and THOMAS, J, (eds.) *Handbook of Landscape Archaeology*.(176 - 186). Left Coast Press: Walnut Creek, California.
- HODDER, I. (1992), *Theory and practice in archaeology*. London: Routledge.
- HODDER, I. (2003), *Reading the Past. Current Approaches to Interpretation in Archaeology*. Cambridge: Cambridge Universtiy Press.
- INGOLD, T. (2000), *The Perception of The Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- INGOLD, T. (2011), *Being Alive Essays on Movement, Knowledge and Description*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- INGOLD, T. (2013), *Making:Anthropology,Archaeology, Art and Architecture*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- JORGE, S. O. (2003a), “Cenografias Monumentais pré-históricas:tópicos para uma reflexão”. *Arquitectando Espaços: da Natureza à Metapolis*, Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp.63-84.
- JORGE, S. O. (Coord.) (2003b) , “Pensar o espaço da Pré-História recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica”, *Recintos Murados da Pré-História Recente*, Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp.13-50.
- JORGE, S. O. (2005), *O Passado é Redondo Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*. Porto: Afrontamento.

- JORGE, S. O. (2007), “Introdução”, In *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica*, Actas do IV congresso de arqueologia peninsular, Universidade do Algarve, Promontoria Monográfica 08 pp 9-12.
- JORGE, V. O. (2002), “Arqueologia dos monumentos da Pré-História recente” *Revista da Faculdade de Letras*, Departamento Ciências E Técnicas Do Património, I Série, vol. I, Porto pp. 13-26.
- JORGE, V. O. (2003), “Das Sete Vidas dos Objetos” *Revista da Faculdade de Letras*, Departamento Ciências E Técnicas Do Património, I Série, vol. 2, Porto pp. 843-864.
- JORGE, V. O., MURALHA, J. M., PEREIRA, L. S., COIXÃO, A. S. (2003a), “A propósito do recinto monumental de Castanheiro do Vento (V.^a N.^a de Foz Côa)” In: JORGE, S. O. (COORD.) *Recintos Murados da Pré-História Recente*, Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp.79-114.
- MARTINSON, H. (1994) *Ahu – The Ceremonial stone structures of Easter Island*. Uppsala: AUN 19.
- McFADYEN, L., (2006), Material culture as architecture. In: JORGE, V. O., ed. *Approching «Prehistoric and Protohistoric Architectures» of Europe from a «Dwelling Perspective»*. *Journal of Iberian Archaeology*, vol.8, special issue. Porto: ADECAP, pp. 91-102.
- McFADYEN, L. (2008), Building and Architecture as Landscape Practice. In: DAVID, B. and THOMAS, J. (eds.) *Handbook of Landscape Archaeology*.(307 - 314). Left Coast Press: Walnut Creek, California.
- MERLEAU-PONTY, M. (1964), *Eye and mind*, trad. C. Dallery. In *The Primacy of Perception, and Other Essays on Phenomenological Psychology, the Philosophy of Art, History and Politics*, ed. J. M. Edie. Evanston, IL: Northwestern University Press, pp.159–190.
- MURALHA, J. (2010), *Castanheiro do Vento Um Recinto Monumental do IIIº e IIº milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Palma: Vessants, arqueologia i cultura.

- REVEL, N. (2005), Palawan Highlanders and Dayaksof Borneo: Human beings and birds, their relation. IN: MINELLI, A., ORTALLI, G., *Animal Names*. Veneza: Istituto VEneto di Scienze, Letteri et Arti, pp401-417.
- SANCHES, M. J. (2001), O Crasto de Palheiros (Murça). Do Calcolítico à Idade do Ferro. *Portugália*, Nova série XXI-XXII, p. 5-40.
- SANCHES, M. J., (2003), O Crasto de Palheiros-Murça. Reflexão sobre as condições de estudo e de interpretação duma mega-arquitectura pré-histórica no Norte de Portugal, *Recintos Murados da Pré-história Recente*, Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp 115-148.
- SANCHES, M. J., (coord. Científica e ed.) (2008), *O Crasto de Palheiros. Fragada do Castro. Murça Portugal*. Município de Murça.
- SANTOS, B. S.(1989), *Introdução a uma ciência Pós-Moderna*. Porto: Edições Afrontamento.
- SAUER, C. (1925), “The Morphology of Landscape, *Land and Life: A Selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*, ed. J. Leighley. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, pp 315-50.~
- STUKELEY, W: (1740), *Stonehenge: A temple Restored to the British Druids*. London:Innys and Manby. <http://www.sacred-texts.com/neu/eng/str/str03.htm> (Consultado em 27 de Abril de 2013)
- THOMAS, J., (1993), “The politics of vision and the archaeologies of landscape”, *Landscape: Politics and Perspectives*, ed. B. Bender. Providence: Berg, pp. 19–48.
- THOMAS, J., (2004), *Archaeology and Modernity*. Nova Iorque: Routledge.
- TILLEY, C. (1994) . *A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments*, Oxford: Berg publishers.
- TRIGGER, B. (2006), *A History of Archaeological Thought*, Cambridge: Cambridge University Press.

VALE, A. (2011), *Modalidades de Produção de Espaços no Contexto de uma Colina Monumentalizada: O sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento, em Vila Nova de Foz Côa*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.

VALERA, A. C. (2006), *Calcolítico e Transição para a Idade do Bronze na Bacia do Alto Mondego: Estruturação e Dinâmica de uma rede local de Povoamento*, Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dois volumes, edição policopiada.